



Escada, 27 de março de 2018

Ofício nº 012/2018 - DT/CME

Exmo. Sr. Marcos Loreto
M.D. Conselheiro Presidente, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco
Rua da Aurora, 885 - Boa Vista
Recife -PE

Exmo. Senhor,

Encaminho a V. Exa., *Prestação de Contas do Exercício 2017*, deste Poder Legislativo, responsabilizando-me pelas informações aqui apresentadas.

Sem outro assunto para o momento, exteriorizo-lhe protestos de consideração.

Respeitosamente,

Elias Ribeiro de Carvalho
- *PRESIDENTE* -



Câmara Municipal de Escada - 2017

RUA JOÃO MANOEL PONTUAL, 146 -
Escada/PE - CEP: 55500-000
CNPJ Nº: 11.190.832/0001-34 Telefone: (81) 35343875

Balço Orçamentario

Anexo 12, Lei nº 4.320/64
2017



Documento Assinado Digitalmente por: ELIAS RIBEIRO DE CARVALHO, EZIUDA MARIA DE SOUSA
Acesse em: <http://eicce/pe.gov.br/epd/validaDoc.seam> Código do documento: d6fa6400-1917-411e-9a13-70e8bb29a54

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
	(a)	(b)	(c)	(d) = (c - b)
Recetas Correntes (I)	-	-	-	-
Receta Tributária	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-
Recetas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receta Patrimonial	-	-	-	-
Recetas Imobiliárias	-	-	-	-
Recetas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receta de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receta Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de	-	-	-	-
Receta da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Recetas Patrimoniais	-	-	-	-
Receta Agropecuária	-	-	-	-
Receta da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receta da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Recetas Agropecuárias	-	-	-	-
Receta Industrial	-	-	-	-
Receta da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receta da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receta da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Recetas Industriais	-	-	-	-
Receta de Serviços	-	-	-	-



Câmara Municipal de Escada - 2017

RUA JOÃO MANOEL PONTUAL, 146 -
Escada/PE - CEP: 55500-000
CNPJ Nº: 11.190.832/0001-34 Telefone: (81) 35343875

Balço Orçamentario

Anexo 12, Lei nº 4.320/64
2017



Documento Assinado Digitalmente por: ELIAS RIBEIRO DE CARVALHO, EZIUDA MARIA DE SOUSA
Acesse em: <http://eicdice.pe.gov.br/epm/validarDocumento.htm> Código do documento: d619c400-1947-411e-9a12-70e8e9d29a54

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
	(a)	(b)	(c)	(d) = (c - b)
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit	-	-	-	-
Receitas Diversas	-	-	-	-
Receitas de Capital (II)	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferência de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-



Câmara Municipal de Escada - 2017

RUA JOÃO MANOEL PONTUAL, 146 -
Escada/PE - CEP: 55500-000
CNPJ Nº: 11.190.832/0001-34 Telefone: (81) 35343875

Balço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº 4.320/64
2017



Documento Assinado Digitalmente por: ELIAS RIBEIRO DE CARVALHO, EZIUDA MARIA DE SOUSA
Acesse em: <http://escada.pe.gov.br/epi/validarDoc.aspx?CodigoDoDocumento=65864001917411e9a13170e8c8bd29a54>

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j) = (f - g)
Investimentos	165.850,00	275.850,00	215.787,30	215.787,30	215.787,30	60.062,70
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência (X)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	4.780.000,00	4.780.000,00	4.181.679,39	4.181.679,39	4.181.679,39	598.320,61
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)	4.780.000,00	4.780.000,00	4.181.679,39	4.181.679,39	4.181.679,39	598.320,61
SUPERÁVIT (XIV)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	4.780.000,00	4.780.000,00	4.181.679,39	4.181.679,39	4.181.679,39	598.320,61
Reserva do RPPS	-	-	-	-	-	-



Câmara Municipal de Escada - 2017

RUA JOÃO MANOEL PONTUAL, 146 -
Escada/PE - CEP: 55500-000
CNPJ Nº: 11.190.832/0001-34 Telefone: (81) 35343875

Balço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº 4.320/64
2017



Documento Assinado Digitalmente por: ELIAS RIBEIRO DE CARVALHO, EZIUDA MARIA DE SOUSA
Acesse em: <http://eicfice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam?CodigoDocumento:df6a6400-19f7-411e-9a13-70e8cb029a54>

Execução de Restos a Pagar Não Processados	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a + b - d - e)
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-



Câmara Municipal de Escada - 2017

RUA JOÃO MANOEL PONTUAL, 146 -
Escada/PE - CEP: 55500-000
CNPJ Nº: 11.190.832/0001-34 Telefone: (81) 35343875

Balço Orçamentario

Anexo 12, Lei nº 4.320/64
2017



Documento Assinado Digitalmente por: ELIAS RIBEIRO DE CARVALHO, EZIUDA MARIA DE SOUSA
Acesse em: <http://eicce/ce.gov.br/ep/validaDoc.seam?CodigoDocumento:df6a6400-19f7-411e-9a13-70e8c8bd29a54>

Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a + b - c - d)
Despesas Correntes	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



CÂMARA MUNICIPAL DA ESCADA

CASA JOSÉ SISENANDO CABRAL DE SOUSA



Documento Assinado Digitalmente por: ELIAS RIBEIRO DE CARVALHO, EZIUDA MARIA DE SOUSA
Acesse em: <http://eic.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: d6f1640019f7411e9a1370e8c8d29a54

NOTAS EXPLICATIVAS (ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LEI Nº 4.320/64)

INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome da entidade:
Câmara Municipal da Escada
CNPJ:
11.190.832/0001-34
Natureza jurídica da entidade:
106-6 - Órgão Público do Poder Legislativo Municipal
Principais atividades da entidade:
84.11-6-00 - Administração Pública em Geral
Domicílio da entidade:
Rua João Manoel Pontual, 146 - Centro Escada - PE CEP: 55.500-000.
Natureza das operações e principais atividades da entidade:
<p>A Câmara Municipal da Escada, possui a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil com o código 106-6 “Órgão Público do Poder Legislativo Municipal”, sendo sua atividade principal classificada como: “Administração pública em geral”. A execução orçamentária foi realizada baseada na Lei Municipal nº 2.472, de 29 de novembro de 2016 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2017). Sua fonte financeira deriva dos repasses definidos Art. 29-A da Constituição Federal 1988. O texto do artigo em questão trata dos percentuais legais a serem repassados e outras informações: “Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5o do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizados no exercício anterior: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000). I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009) (Produção de efeito).”.</p>
Dados do Gestor:
Nome: Elias Ribeiro de Carvalho. Cargo: Vereador - Presidente. Período de gestão: 01/01/2017 a 31/12/2018.
Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas:
Nome: Eziuda Maria de Sousa CRC-PE nº 12.705/O-8. E-mail: eziuda_maria@hotmail.com
Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:
A entidade pública do Poder Legislativo Municipal declara que as Demonstrações Contábeis da Câmara Municipal da Escada, compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017, apresentam adequadamente a posição: patrimonial e financeira e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro dos padrões estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, sendo observadas as limitações decorrentes do processo de adesão as NBCASP e as circunstâncias narradas nas notas explicativas.



RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

Atendimento a legislação e as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22 de dezembro de 2016 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016, que estabelecem o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 7ª edição, que regulamenta a contabilidade pública brasileira. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC T SP 16.6, que trata das demonstrações contábeis das entidades. Em casos específicos foram tomadas por base as normativas internacionais publicados pelo International Federation of Accountants - IFAC através das International Public Sector Accounting Standards – IPSAS, que visam promover a convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (Parte V do MCASP 7ª edição e NBC T 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - TCE-PE, sendo evidenciadas as receitas orçamentárias: a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar. A receita orçamentária é composta por: receitas correntes, receitas de capital, deduções da receita corrente, subtotal das receitas, operações de crédito/refinanciamento, subtotal com refinanciamento e déficit.

Quanto aos desembolsos, este demonstrativo detalha a despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo das dotações. As despesas são segregadas em: despesas correntes, despesas de capital, subtotal das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento e superávit. O balanço orçamentário também é formado pelo quadro de despesas intra-orçamentárias compostas por: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência e reservado RPPS.

Já os restos a pagar são evidenciados por dois quadros: o primeiro da execução dos restos a pagar não processados e o segundo de restos a pagar processados e não processados liquidados. No primeiro quadro da execução dos restos a pagar não processados consta: os restos inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício, liquidados, pagos, cancelados e saldo. No segundo quadro da execução dos restos a pagar processados e não processados liquidados consta: os restos inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício, pagos, cancelados e saldo.

Bases de mensuração utilizadas:

A elaboração do balanço orçamentário é realizada obedecendo as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP e o Art. 35 da Lei nº 4.320/65, sendo aplicado o regime misto nas operações orçamentárias. Logo, o balanço orçamentário utiliza o regime de caixa para registro de suas receitas e de competência para as despesas.

Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas no Balanço Orçamentário. Este demonstrativo está de acordo com as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBC T SP 16.6.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário.



INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

Resultados das Receitas Orçamentárias:

A receita orçamentária da entidade é composta por repasses definidos Art. 29-A da Constituição Federal que são determinados de acordo com o contingente populacional, e, também por valores provenientes de rendimentos de aplicações financeiras com recursos disponíveis na câmara municipal totalizam R\$ 4.287.270,36. Estes recursos extras são autorizados e não são computados para o limite de despesas, do Poder Legislativo, dispostos no Art. 29-A da Constituição Federal, tais decisões são respaldadas pelo Acórdão 122/2012 e por consulta realizada no Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco no Processo TC nº 13020005.

Resultados da Despesa Orçamentária:

A dotação inicial totaliza R\$ 4.780.000,00 e o total da dotação atualizada permaneceu a mesma R\$ 4.780.000,00, mesmo com a ocorrência de créditos suplementares R\$ 243.000,00 proveniente de anulações de dotações da própria entidade. O valor empenhado foi de R\$ 4.181.679,39, o liquidado R\$ 4.189.679,39, e o pago R\$ 4.189.679,39. A economia orçamentária foi de R\$ 598.320,61 (calculada através da diferença da dotação atualizada e o valor empenhado). O coeficiente de execução orçamentária foi de 87,65% (calculado através da divisão do valor empenhado por dotação atualizada*100%).

Resultados da Execução Orçamentária:

Ao aplicarmos a fórmula da execução orçamentária que compara o repasse recebido e o rendimento de aplicação financeira R\$ 4.287.270,36, menos as despesas empenhadas R\$ 4.181.679,39 houve um equilíbrio dos resultados de execução orçamentária.

Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados (Anexo 1):

Não houve restos a pagar no Exercício de 2017.

Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados (Anexo 2):

Não houve execução de restos a pagar processados.

Procedimentos adotados em relação aos Restos a Pagar Não Processados Liquidados:

Não ficou saldo de restos a pagar não processados liquidados no exercício.

Utilização do Superávit Financeiro e/ou Reabertura de Créditos Especiais ou Extraordinários:

Não houve utilização do superávit financeiro do exercício anterior nem reabertura de créditos especiais ou extraordinários.

Detalhamento das Receitas Intra-Orçamentárias:

Não existe arrecadação de receita intra-orçamentária nesta entidade.

Detalhamento das Despesas Intra-Orçamentárias:

No exercício de 2017 não houve despesas intra-orçamentárias.

Despesa Executada por Tipo de Crédito (Inicial, Suplementar, Especial e Extraordinário):

Das dotações orçamentárias iniciais e suplementares foi empenhado o valor de R\$ R\$ 4.181.679,39. Não houve a abertura de créditos especiais ou créditos extraordinários no exercício.

Atualização monetária autorizada por lei antes e após a publicação da LOA:

Não houve atualização monetária autorizada por lei utilizada neste demonstrativo.



OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não se aplica a este demonstrativo.

Divulgações não financeiras:

Não se aplica a este demonstrativo.

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não foram feitos ajustes decorrentes da omissão e erros de registro para este demonstrativo.

Reconhecimento das Retenções:

O ente considera a retenção como paga apenas na baixa da obrigação, nenhum ajuste será promovido.

**ELLAS RIBEIRO DE
CARVALHO
- PRESIDENTE -**

**EZIUDA MARIA DE
SOUSA
Contadora CRC/PE
Nº 12.705/O-8**



Câmara Municipal de Escada - 2017

RUA JOÃO MANOEL PONTUAL, 146 -
Escada/PE - CEP: 55500-000
CNPJ Nº: 11.190.832/0001-34 Telefone: (81) 35343875

Balanco Financeiro

Anexo 13, Lei nº 4.320/64
2017



Ingressos	Exercício Atual	Exercício Anterior	\$D{Dispendios}	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	0,00	0,00	Despesa Orçamentária	4.181.679,39	3.851.593,44
Ordinária	0,00	0,00	Ordinária	4.181.679,39	3.851.593,44
Transferências Financeiras Recebidas	4.268.350,36	3.795.592,80	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários	881.263,57	1.038.511,38	Pagamentos Extraorçamentários	746.234,46	1.002.852,92
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	0,00	0,00	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	0,00	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	881.263,57	1.038.511,38	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	745.154,46	1.002.852,92
Outros Recebimentos Orçamentários	0,00	0,00	Outros Pagamentos Orçamentários	1.080,00	0,00
Saldo do Exercício Anterior	13.739,44	34.081,62	Saldo para o Exercício Seguinte	255.439,52	13.739,44
TOTAL GERAL:	5.183.353,37	4.868.185,80	TOTAL GERAL:	5.183.353,37	4.868.185,80

Documento Assinado Digitalmente por: ELIAS RIBEIRO DE CARVALHO, EZIUDA MARIA DE SOUSA
Acesse em: <http://www.escada.pe.gov.br/portal/validarDoc.aspx> ou pelo código do documento: 7b55218e-3186-4c11-bb5f-00f28e869114



CÂMARA MUNICIPAL DA ESCADA

CASA JOSÉ SISENANDO CABRAL DE SOUSA



NOTAS EXPLICATIVAS (ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO DA LEI Nº 4.320/64 MCASP)

INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome da entidade:
Câmara Municipal da Escada
CNPJ:
11.190.832/0001-34
Natureza jurídica da entidade:
106-6 - Órgão Público do Poder Legislativo Municipal
Principais atividades da entidade:
84.11-6-00 - Administração Pública em Geral
Domicílio da entidade:
Rua João Manoel Pontual, 146 - Centro Escada - PE CEP: 55.500-000.
Natureza das operações e principais atividades da entidade:
<p>A Câmara Municipal da Escada, possui a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil com o código 106-6 “Órgão Público do Poder Legislativo Municipal”, sendo sua atividade principal classificada como: “Administração pública em geral”. A execução orçamentária foi realizada baseada na Lei Municipal nº 2.472, de 29 de novembro de 2016 (Lei Orçamentária Anual - LOA 2017). Sua fonte financeira deriva dos repasses definidos Art. 29-A da Constituição Federal 1988. O texto ao artigo em questão trata dos percentuais legais a serem repassados e outras informações: Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5o do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizados no exercício anterior: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000). I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009) (Produção de efeito).”</p>
Dados do Gestor:
Nome: Elias Ribeiro de Carvalho. Cargo: Vereador - Presidente. Período de gestão: 01/01/2017 a 31/12/2018.
Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas:
Nome: Eziuda Maria de Sousa CRC-PE nº 12.705/O-8. E-mail: eziuda_maria@hotmail.com
Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:
A entidade pública do Poder Legislativo Municipal declara que as Demonstrações Contábeis da Câmara Municipal da Escada, compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017, apresentam adequadamente a posição: patrimonial e financeira e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro dos padrões estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, sendo observadas as limitações decorrentes do processo de adesão as NBCASP e as circunstâncias narradas nas notas explicativas.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:



<p>Atendimento a legislação e as normas de contabilidade aplicáveis:</p> <p>Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22 de dezembro de 2016 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016, que estabelecem o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 7ª edição, que regulamenta a contabilidade pública brasileira. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC T SP 16.6, que trata das demonstrações contábeis das entidades. Em casos específicos foram tomadas por base os normativos internacionais publicados pelo International Federation of Accountants - IFAC através das International Public Sector Accounting Standards – IPSAS, que visam promover a convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.</p>
<p>Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (Parte V do MCASP 7ª edição e NBC T 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE:</p> <p>Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas, os recebimentos e pagamentos extraorçamentários, as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa/depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.</p>
<p>Bases de mensuração utilizadas:</p> <p>A elaboração do balanço financeiro por se tratar de um fluxo de natureza financeira adota o regime de caixa definido no art. 35 da Lei nº 4.320/64, tanto para as receitas como para as despesas.</p>
<p>Novas normas e políticas contábeis alteradas:</p> <p>Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas no Balanço Financeiro. Este demonstrativo está de acordo com as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBC T SP 16.6.</p>
<p>Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:</p> <p>Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Financeiro.</p>

INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

<p>Ingressos Orçamentários:</p> <p>Os valores dos ingressos orçamentários do exercício de 2017 decorrentes das receitas orçamentárias totalizaram R\$ 4.287.270,36, sendo provenientes de repasse recebidos da Prefeitura.</p>
<p>Transferências Financeiras Recebidas:</p> <p>Os valores das transferências financeiras recebidas no exercício de 2017 totalizaram R\$ 4.287.270,36, sendo estas derivas dos repasses recebidos da Prefeitura Municipal, conforme definido na legislação e R\$ 1.080,00 referente a garantia de Processo Licitatório</p>
<p>Ingressos Extraorçamentários:</p> <p>Os ingressos extraorçamentários totalizam R\$ 881.293,57, sendo compostos por contas: Restituíveis e Valores Vinculados.</p>

**Saldo bancário anterior:**

O saldo disponível em 31/12/2016 foi de R\$ 13.739,44 (treze mil, setecentos e trinta e nove reais, quarenta e quatro centavos).

Despesa Orçamentária:

A despesa orçamentária empenhada no exercício foi de R\$ 4.181.679,39.

Transferências Financeiras Concedidas:

Não há transferências financeiras concedidas.

Desembolsos Extraorçamentários:

Os desembolsos extraorçamentários totalizaram R\$ 746.234,46, sendo compostos por as seguintes contas: Valores Vinculados R\$ 745.154,46 e R\$ 1.080,00 Consignações e Garantia de Processo Licitatório.

Saldo bancário para o exercício seguinte:

O saldo disponível em 31/12/2017 foi de R\$ 255.439,52 (duzentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e nove reais, cinquenta e dois centavos).

Resultado Financeiro do Período:

Ao compararmos o saldo ao final do exercício de 2016 (R\$ 13.789,44) com o saldo ao final do exercício de 2017 (R\$ 255.439,52), nota-se uma variação das disponibilidades financeiras na ordem de R\$ 241.700,08.

Receitas Orçamentárias Líquidas de Deduções por Fonte de Recursos:

Não se aplica a entidade em questão.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:**Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:**

Não se aplica a este demonstrativo.

Divulgações não financeiras:

Não se aplica a este demonstrativo.

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não foram feitos ajustes decorrentes da omissão e erros de registro para este exercício.

Reconhecimento das Retenções:

O ente considera a retenção como paga apenas na baixa da obrigação, nenhum ajuste será promovido.

**ELIAS RIBEIRO DE
CARVALHO
- PRESIDENTE -**

**EZIUDA MARIA
DE SOUSA
Contadora
CRC/PE N°
12.705/O-8**



Câmara Municipal de Escada - 2017

RUA JOÃO MANOEL PONTUAL, 146 -
Escada/PE - CEP: 55500-000
CNPJ Nº: 11.190.832/0001-34 Telefone: (81) 35343875

Balanco Patrimonial

Anexo 14, Lei nº 4.320/64
2017



Documento Assinado Digitalmente por: ELIAS RIBEIRO DE CARVALHO, EZIUDA MARIA DE SOUSA
Acesse em: http://clicpepe.gov.br/cnpj/validador/validador.asp?codigo_documento=35841547813411090989827ba18254d

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCICIO ATUAL	EXERCICIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCICIO ATUAL	EXERCICIO ANTERIOR
ATIVO CIRCULANTE	255.439,52	13.739,44	PASSIVO CIRCULANTE	306.104,03	171.074,92
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	255.439,52	13.739,44	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	255.439,52	13.739,44	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO (F)	255.439,52	13.739,44	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ESTOQUES	0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	306.104,03	171.074,92
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA	0,00	0,00	VALORES RESTITUÍVEIS	306.104,03	171.074,92
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00	VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO (F)	306.104,03	171.074,92
ATIVO NÃO CIRCULANTE	524.988,94	309.201,64	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	524.988,94	309.201,64	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	412.590,56	307.201,64	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS- CONSOLIDAÇÃO (P)	412.590,56	307.201,64	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS IMÓVEIS	112.398,38	2.000,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS IMÓVEIS- CONSOLIDAÇÃO (P)	112.398,38	2.000,00	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
INTANGÍVEL	0,00	0,00	TOTAL DO PASSIVO	306.104,03	171.074,92
DIFERIDO	0,00	0,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	EXERCICIO ATUAL	EXERCICIO ANTERIOR
			PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00
			ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00
			RESERVAS DE CAPITAL	0,00	0,00
			AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,00	0,00
			RESERVAS DE LUCROS	0,00	0,00
			DEMAIS RESERVAS	0,00	0,00



Câmara Municipal de Escada - 2017

RUA JOÃO MANOEL PONTUAL, 146 -
Escada/PE - CEP: 55500-000
CNPJ Nº: 11.190.832/0001-34 Telefone: (81) 35343875

Balço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº 4.320/64
2017



			RESULTADOS ACUMULADOS	474.324,43	151.866,16
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	474.324,43	151.866,16
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	474.324,43	151.866,16
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO (P)	322.458,27	-54.845,27
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (P)	151.866,16	206.711,43
			AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS RESULTANTES DE EXTINÇÃO, FUSÃO E CISÃO	0,00	0,00
			(-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA	0,00	0,00
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	474.324,43	151.866,16
TOTAL	780.428,46	322.941,08	TOTAL	780.428,46	322.941,08
ATIVO FINANCEIRO	255.439,52	13.739,44	PASSIVO FINANCEIRO	306.104,03	171.074,92
ATIVO PERMANENTE	524.988,94	309.201,64	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
			SALDO PATRIMONIAL	474.324,43	151.866,16
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO ATIVO			SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00	0,00	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

Documento Assinado Digitalmente por: ELIAS RIBEIRO DE CARVALHO, EZIUDA MARIA DE SOUSA
Acesse em: <http://www.escada.pe.gov.br/pt/contabilidade> ou seja no Código de Verificação do Documento: 35fnc15#263-410a-9989-8e73ba18254d



CÂMARA MUNICIPAL DA ESCADA

CASA JOSÉ SISENANDO CABRAL DE SOUSA



Documento Assinado Digitalmente por: ELIAS RIBEIRO DE CARVALHO, EZIUDA MARIA DE SOUSA
Acesse em: <http://eic/ce/ice.pe.gov.br/epp/valida/Doc-seam-Código-do-documento-35fae154-78f3-410a-9989-8e77ba182544>

NOTAS EXPLICATIVAS (ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 MCASP)

INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome da entidade: Câmara Municipal da Escada
CNPJ: 11.190.832/0001-34
Natureza jurídica da entidade: 106-6 - Órgão Público do Poder Legislativo Municipal
Principais atividades da entidade: 84.11-6-00 - Administração Pública em Geral
Domicílio da entidade: Rua João Manoel Pontual, 146 - Centro Escada - PE CEP: 55.500-000.
Natureza das operações e principais atividades da entidade: <p>A Câmara Municipal da Escada, possui a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil com o código 106-6 “Órgão Público do Poder Legislativo Municipal”, sendo sua atividade principal classificada como: “Administração pública em geral”.</p> <p>A execução orçamentária foi realizada baseada na Lei Municipal nº 2.472, de 29 de novembro de 2016 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2017). Sua fonte financeira deriva dos repasses definidos Art. 29-A da Constituição Federal 1988. O texto ao artigo em questão trata dos percentuais legais a serem repassados e outras informações: “Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5o do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizados no exercício anterior: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000).</p> <p>I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009) (Produção de efeito).”.</p>
Dados do Gestor: Nome: Elias Ribeiro de Carvalho. Cargo: Vereador - Presidente. Período de gestão: 01/01/2017 a 31/12/2018.
Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas: Nome: Eziuda Maria de Sousa CRC-PE nº 12.705/O-8. E-mail: eziuda_maria@hotmail.com
Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: <p>A entidade pública do Poder Legislativo Municipal declara que as Demonstrações Contábeis da Câmara Municipal de Vereadores Cabrobó, compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017, apresentam adequadamente a posição: patrimonial e financeira e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro dos padrões estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, sendo observadas as limitações decorrentes do processo de adesão as NBCASP e as circunstâncias narradas nas notas explicativas.</p>

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:



Atendimento a legislação e as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SO nº 02, de 22 de dezembro de 2016 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016, que estabelece o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 7ª edição, que regulamenta a contabilidade pública brasileira.

Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC T SP 16.6, que trata das demonstrações contábeis das entidades. Em casos específicos foram tomadas por base os normativos internacionais publicados pela International Federation of Accountants - IFAC através das Internacionais Public Sector Accounting Standards – IPSAS, que visam promover a convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (Parte V do MCASP 7ª edição e NBC T 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - TCE-PE, sendo evidenciadas na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível).

No coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido).

No Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados (superávit/déficit financeiro). Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanente, bem como o passivo financeiro e permanente, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

Bases de mensuração utilizadas:

O balanço patrimonial é estruturado por ativos, passivos e patrimônio líquido, os resultados obtidos no balanço em questão são resultantes da execução orçamentário do exercício atual e anterior, permitindo realizar análises da situação patrimonial da entidade. No Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Portaria nº 548 de 24 de setembro de 2015, ficou estabelecida a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura), a partir de 01/01/2021 no caso dos municípios com menos de 50 mil habitantes.

Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas no Balanço Patrimonial.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Patrimonial.

INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

Ativo Circulante:

O saldo do Ativo Circulante deixado na conta caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional em 31/12/2017 somam R\$ 255.439,52. Aumento de R\$ 241.700,08 em relação ao exercício de 2016 que foi de R\$ 13.739,44.

Estoque/Almoxarifado:

Não existe registro de Estoque/Almoxarifado.

**Créditos a Curto e Longo Prazo:**

Não existe registro de Créditos a Curto e Longo Prazo.

Imobilizado:

O valor do imobilizado ao final do exercício de 2016 totalizou R\$ 309.201,64 e no exercício de 2017 houve a incorporação de novos ativos imobilizados no valor de R\$ 105.388,92. No exercício de 2017 o saldo final chegou ao montante de R\$ 215.787,30, sendo dividido em bens móveis R\$ 105.388,92 e bens imóveis R\$ 110.398,38. No decurso do exercício de 2017 foram efetuadas as incorporações analíticas ao patrimônio nas contas bens móveis e nas contas bens imóveis permanece o registrado do exercício anterior.

Intangível:

Não existe registro de Ativos Intangíveis.

Obrigações a Curto Prazo:

Não existe registro de Obrigações a Curto Prazo.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo:

Não existe registro de Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo.

Saldo Patrimonial:

O saldo patrimonial ao final do exercício de 2016 totalizou R\$ 151.866,16. O resultado econômico da entidade no exercício de 2017 foi de R\$ 322.458,27, quando somado ao saldo anterior resultou no saldo patrimonial final de 2017 de R\$ 474.324,43.

Demais elementos patrimoniais:

A disponibilidade financeira é R\$ 255.439,52 do saldo do Ativo Financeiro equivalente de caixa em moeda nacional.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:**Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:**

Não houve registro e execução de passivos contingentes dos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Divulgações não financeiras:

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não houveram ajustes decorrentes da omissão e erros de registros

**ELIAS RIBEIRO DE
CARVALHO**
- PRESIDENTE -

**EZIUDA MARIA DE
SOUSA**
Contadora CRC/PE
Nº 12.705/O-8



Câmara Municipal de Escada - 2017

RUA JOÃO MANOEL PONTUAL, 148 -
Escada/PE - CEP: 55500-000
CNPJ Nº: 11.190.832/0001-34 Telefone: (81) 35343875

Demonstrações das Variações Patrimoniais

Anexo 15, Lei nº 4.320/64
2017



Documento Assinado Digitalmente por: ELIAS RIBEIRO DE CARVALHO, EZIUDA MARIA DE SOUSA
Acesse em: http://proc.itec.pe.gov.br/epd/validador.aspx?codigo_documento=1442753441844b870d55500b082c7b5

VARIações PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			VARIações PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCICIO ATUAL	EXERCICIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCICIO ATUAL	EXERCICIO ANTERIOR
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	PESSOAL E ENCARGOS	3.307.676,39	3.215.571,60
IMPOSTOS	0,00	0,00	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	2.658.572,20	2.616.940,83
TAXAS	0,00	0,00	ENCARGOS PATRONAIS	649.104,19	598.630,77
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	BENEFÍCIOS A PESSOAL	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	OUTRAS VARIações PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	0,00	0,00	APOSENTADORIAS E REFORMAS	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	0,00	PENSÕES	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	0,00	0,00	BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	0,00	BENEFÍCIOS EVENTUAIS	0,00	0,00
VENDA DE MERCADORIAS	0,00	0,00	POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	0,00	0,00
VENDA DE PRODUTOS	0,00	0,00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,00	0,00	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	658.215,70	634.866,47
VARIações PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	177.451,98	261.526,56
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	0,00	SERVIÇOS	480.763,72	373.339,91
JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00	0,00	DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	0,00	0,00
VARIações MONETÁRIAS E CAMBIAIS	0,00	0,00	VARIações PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	0,00	0,00	JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	0,00	0,00
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00	0,00
OUTRAS VARIações PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	0,00	0,00	VARIações MONETÁRIAS E CAMBIAIS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	4.288.350,36	3.795.592,80	DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	4.288.350,36	3.795.592,80	OUTRAS VARIações PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00



Câmara Municipal de Escada - 2017

RUA JOÃO MANOEL PONTUAL, 146 -
Escada/PE - CEP: 55500-000
CNPJ Nº: 11.190.832/0001-34 Telefone: (81) 35343875

Demonstrações das Variações Patrimoniais

Anexo 15, Lei nº 4.320/64
2017



Documento Assinado Digitalmente por: ELIAS RIBEIRO DE CARVALHO, EZILDA MARIA DE SOUSA
Acesse em: http://eicg.tec.pe.gov.br/epa/validaDoc.aspx?CodigoDoc=44127224187945500003515

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	0,00	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	0,00	0,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO	0,00	0,00	REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	0,00	0,00
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	PERDAS COM ALIENAÇÃO	0,00	0,00
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00	PERDAS INVOLUNTÁRIAS	0,00	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL	0,00	0,00	INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	0,00	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00	0,00	TRIBUTÁRIAS	0,00	0,00
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	0,00	0,00	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	0,00	0,00	CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	0,00	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	0,00
			CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS	0,00	0,00
			CUSTO DE PRODUTOS VENDIDOS	0,00	0,00
			CUSTO DE SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	0,00
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	0,00
			PREMIAÇÕES	0,00	0,00
			RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES	0,00	0,00
			INCENTIVOS	0,00	0,00
			SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00	0,00
			PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
			VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	0,00	0,00
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	0,00
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	4.288.350,36	3.795.592,80	TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	3.965.892,09	3.850.438,07
			RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)	322.458,27	-54.845,27



Câmara Municipal de Escada - 2017

RUA JOÃO MANOEL PONTUAL, 146 -
Escada/PE - CEP: 55500-000
CNPJ Nº: 11.190.832/0001-34 Telefone: (81) 35343875

Demonstrações das Variações Patrimoniais

Anexo 15, Lei nº 4.320/64
2017



Documento Assinado Digitalmente por: ELIAS RIBEIRO DE CARVALHO, EZIUDA MARIA DE SOUSA
Acesse em: <http://eic/ce/ce.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: d4427f3d-d18c-4db8-a9d5-5e0fb082c5b5

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

ESPECIFICAÇÃO

EXERCICIO ATUAL

EXERCICIO ANTERIOR



CÂMARA MUNICIPAL DA ESCADA

CASA JOSÉ SISENANDO CABRAL DE SOUSA



Documento Assinado Digitalmente por: ELIAS RIBEIRO DE CARVALHO, EZIUDA MARIA DE SOUSA
Acesse em: <http://eicce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: d4427f3d-d18c-4db8-a9df-5e01b082c5b5

NOTAS EXPLICATIVAS (ANEXO 15 - DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DA LEI Nº 4.320/64 MCASP)

INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome da entidade:
Câmara Municipal da Escada
CNPJ:
11.190.832/0001-34
Natureza jurídica da entidade:
106-6 - Órgão Público do Poder Legislativo Municipal
Principais atividades da entidade:
84.11-6-00 - Administração Pública em Geral
Domicílio da entidade:
Rua João Manoel Pontual, 146 - Centro Escada - PE CEP:55.500-000.
Natureza das operações e principais atividades da entidade:
<p>A Câmara Municipal da Escada, possui a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil com o código 106-6 “Órgão Público do Poder Legislativo Municipal”, sendo sua atividade principal classificada como: “Administração pública em geral”. A execução orçamentária foi realizada baseada na Lei Municipal nº 2.472, de 29 de novembro de 2016 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2017). Sua fonte financeira deriva dos repasses definidos Art. 29-A da Constituição Federal 1988. O texto ao artigo em questão trata dos percentuais legais a serem repassados e outras informações: “Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizados no exercício anterior: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000). I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009) (Produção de efeito).”.</p>
Dados do Gestor:
Nome: Elias Ribeiro de Carvalho. Cargo: Vereador - Presidente. Período de gestão: 01/01/2017 a 31/12/2018.
Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas:
Nome: Eziuda Maria de Sousa CRC-PE nº 12.705/O-8. E-mail: eziuda_maria@hotmail.com
Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:
A entidade pública do Poder Legislativo Municipal declara que as Demonstrações Contábeis da Câmara Municipal da Escada, compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017, apresentam adequadamente a posição: patrimonial e financeira e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro dos padrões estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, sendo observadas as limitações decorrentes do processo de adesão as NBCASP e as circunstâncias narradas nas notas explicativas.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:



Atendimento a legislação e as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22 de dezembro de 2016 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016, que estabelece o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 7ª edição, que regulamenta a contabilidade pública brasileira. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC SP 16.6, que trata das demonstrações contábeis das entidades. Em casos específicos foram tomadas por base os normativos internacionais publicados pelo International Federation of Accountants - IFAC através das International Public Sector Accounting Standards – IPSAS, que visam promover a convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (Parte V do MCASP 7ª edição e NBC T 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - TCE-PE, apresentando as Variações Patrimoniais Aumentativas - VPAS: Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria; Contribuições; Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos; Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras, Transferências e Delegações Recebidas, Valores e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos; Outras Variações Patrimoniais Aumentativas. Quanto as Variações Patrimoniais Diminutivas - VPDS o demonstrativo evidencia: Pessoal e Encargos; Benefícios Previdenciários e Assistenciais; Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo; Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras; Transferências e Delegações Concedidas; Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos; Tributárias; Outras Variações Patrimoniais Diminutivas. O demonstrativo apresenta o resultado econômico do exercício, além de apresentar em coluna separada os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

Bases de mensuração utilizadas:

No Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Portaria nº 548 de 24 de setembro de 2015, ficou estabelecida a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura), a partir de 01/01/2021 no caso dos municípios com menos de 50 mil habitantes.

Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas nos Demonstrativos de Variações Patrimoniais.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto aos Demonstrativos de Variações Patrimoniais.

INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

Modelo de elaboração da Demonstrativo das Variações Patrimoniais - DVP:

O modelo utilizado para elaboração do demonstrativo seguiu a metodologia da IPC – Instruções de Procedimentos Contábeis 05.

Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado:

Não houve registro de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado. É relevante informar que em consonância com o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Portaria nº 548 de 24 de setembro de 2015, ficou estabelecida a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura), a partir de 01/01/2020 no caso dos municípios com mais de 50 mil habitantes.

**Baixas de investimentos:**

Não houve registro de baixas de investimentos.

Variações Patrimoniais Qualitativas decorrentes de Incorporação de Ativos, Desincorporação de Passivos, Incorporação de Passivos e Desincorporação de Ativos:

Houve incorporação de ativos imobilizados na ordem de R\$ 105.388,92, referente aquisição de bens móveis. Não houve desincorporação de passivos, incorporação de passivos e desincorporação de ativos.

Variações patrimoniais aumentativas:

As variações patrimoniais aumentativas do exercício de 2017 totalizaram R\$ 524.988,94.

Variações patrimoniais diminutivas:

As variações patrimoniais diminutivas do exercício de 2017 totalizaram R\$ 474.324,43.

Resultado econômico (patrimonial) do exercício:

O resultado patrimonial do exercício de 2017 foi de R\$ 50.664,51 (superávit).

Origem e Destino dos Recursos Provenientes da Alienação de Ativos (Art. 50, inciso VI da LRF):

Não houve alienação de bens durante o exercício de 2017.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:**Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:**

Não houve registro e execução de passivos contingentes dos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Divulgações não financeiras:

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não houve ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.

**ELIAS RIBEIRO DE
CARVALHO
- PRESIDENTE -**

**EZIUDA MARIA
DE SOUSA
Contadora
CRC/PE N°
12.705/O-8**



Câmara Municipal de Escada - 2017

RUA JOÃO MANOEL PONTUAL, 146 -
Escada/PE - CEP: 55500-000
CNPJ Nº: 11.190.832/0001-34 Telefone: (81) 35343875

Demonstração dos Fluxos de Caixa

2017



Documento Assinado Digitalmente por: ELIAS ROBERTO DE CARVALHO FERREIRA
Acesse em: <http://cece.ice.pe.gov.br/portal/portal.asp?acao=assinatura>

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	Exercício Atual	Exercício Anterior
INGRESSOS	5.169.613,93	4.834.104,88
RECEITAS DERIVADAS	0,00	0,00
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Outras Receitas Derivadas	0,00	0,00
RECEITAS ORIGINÁRIAS	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Originárias	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS	4.288.350,36	3.795.592,90
Intergovernamentais	0,00	0,00
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	4.288.350,36	3.795.592,90
OUTRAS OPERAÇÕES INGRESSAS	881.263,57	1.038.511,98
DESEMBOLSOS	4.712.126,55	4.853.290,99
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	3.965.892,09	3.850.438,07
Legislativa	3.965.892,09	3.850.438,07
Judiciária	0,00	0,00
Essencial a Justiça	0,00	0,00
Administração	0,00	0,00
Defesa Nacional	0,00	0,00
Segurança Pública	0,00	0,00
Relações Exteriores	0,00	0,00
Assistência Social	0,00	0,00
Previdência Social	0,00	0,00
Saúde	0,00	0,00
Trabalho	0,00	0,00
Educação	0,00	0,00
Cultura	0,00	0,00
Direitos da Cidadania	0,00	0,00
Urbanismo	0,00	0,00
Habitação	0,00	0,00
Saneamento	0,00	0,00
Gestão Ambiental	0,00	0,00
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00
Agricultura	0,00	0,00
Organização Agrária	0,00	0,00
Indústria	0,00	0,00
Comércio e Serviços	0,00	0,00
Comunicações	0,00	0,00
Energia	0,00	0,00
Transporte	0,00	0,00
Desporto e Lazer	0,00	0,00
Encargos Especiais	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00



Câmara Municipal de Escada - 2017

RUA JOÃO MANOEL PONTUAL, 146 -
Escada/PE - CEP: 55500-000
CNPJ Nº: 11.190.832/0001-34 Telefone: (81) 35343875

Demonstração dos Fluxos de Caixa

2017



Documento Assinado Digitalmente por: ELIAS RIBEIRO DE CARVALHO, ELLIENAMARIA DE SOUSA
Acesse em: <http://portal.cadadoc.seam.coelho.pe.gov.br/portal/portalDoc.aspx>

TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00
Intergovernamentais	0,00	0,00
a União	0,00	0,00
a Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
a Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
OUTRAS OPERAÇÕES DE DESEMBOLSO	746.234,46	1.002.852,02
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	457.487,38	-19.186,11

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	Exercício Atual	Exercício Anterior
INGRESSOS	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	215.787,30	1.155,37
Aquisição de Ativo Não-Circulante	215.787,30	1.155,37
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-215.787,30	-1.155,37

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	Exercício Atual	Exercício Anterior
INGRESSOS	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
Amortização/Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	241.700,08	-20.342,18
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	13.739,44	34.081,62
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	255.439,52	13.739,44



CÂMARA MUNICIPAL DA ESCADA

CASA JOSÉ SISENANDO CABRAL DE SOUSA



Documento Assinado Digitalmente por: ELIAS RIBEIRO DE CARVALHO, EZIUDA MARIA DE SOUSA
Acesse em: <http://eicce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam?Codigo.do.documento:5c451fa1-138d-4551-89e1-4f183691487e>

NOTAS EXPLICATIVAS

(ANEXO 13 - DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA DA LEI Nº 4.320/64 MCASP)

INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome da entidade:
Câmara Municipal da Escada
CNPJ:
11.190.832/0001-34
Natureza jurídica da entidade:
106-6 - Órgão Público do Poder Legislativo Municipal
Principais atividades da entidade:
84.11-6-00 - Administração Pública em Geral
Domicílio da entidade:
Rua João Manoel Pontual, 146 - Centro Escada - PE CEP: 55.500-000.
Natureza das operações e principais atividades da entidade:
<p>A Câmara Municipal da Escada, possui a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil com o código 106-6 “Órgão Público do Poder Legislativo Municipal”, sendo sua atividade principal classificada como: “Administração pública em geral”. A execução orçamentária foi realizada baseada na Lei Municipal nº 2.472, de 29 de novembro de 2016 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2017). Sua fonte financeira deriva dos repasses definidos Art. 29-A da Constituição Federal 1988. O texto ao artigo em questão trata dos percentuais legais a serem repassados e outras informações: “Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizados no exercício anterior: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000). I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009) (Produção de efeito).”.</p>
Dados do Gestor:
Nome: Elias Ribeiro de Carvalho. Cargo: Vereador - Presidente. Período de gestão: 01/01/2017 a 31/12/2018.
Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas:
Nome: Eziuda Maria de Sousa CRC-PE nº 12.705/O-8. E-mail: eziuda_maria@hotmail.com
Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:
A entidade pública do Poder Legislativo Municipal declara que as Demonstrações Contábeis da Câmara Municipal da Escada, compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017, apresentam adequadamente a posição: patrimonial e financeira e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro dos padrões estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, sendo observadas as limitações decorrentes do processo de adesão as NBCASP e as circunstâncias narradas nas notas explicativas.



RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

Atendimento a legislação e as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22 de dezembro de 2016 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016, que estabelecem o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 7ª edição, que regulamenta a contabilidade pública brasileira. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC T SP 16.6, que trata das demonstrações contábeis das entidades. Em casos específicos foram tomadas por base os normativos internacionais publicados pelo International Federation of Accountants - IFAC através das International Public Sector Accounting Standards – IPSAS, que visam promover a convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (Parte V do MCASP 7ª edição e NBC T 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - TCE-PE, sendo apresentando quadro principal com destaque para as receitas derivadas originárias; quadro de transferências recebidas e concebidas; quadro de desembolsos de pessoal e demais despesas por função e quadro de juros e encargos da dívida. A estrutura do demonstrativo está segregada em fluxo de caixa das atividades operacionais (ingressos e desembolsos), fluxo de caixa das atividades de investimentos (ingressos e desembolsos) e fluxos de caixa das atividades de financiamento (ingressos e desembolsos) e a geração líquida de caixa e equivalente de caixa. Por fim, demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

Bases de mensuração utilizadas:

A elaboração deste demonstrativo por se tratar de um fluxo de natureza financeira adota o regime de caixa definido no art. 3º da Lei nº 4.320/64, tanto para as receitas como para as despesas.

Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas no Fluxo de Caixa. Este demonstrativo está de acordo com as regras estabelecidas na NBCT SP 16.6.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Fluxo de Caixa.

INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

Fluxo de Caixas das Atividades Operacionais:

O valor dos ingressos totaliza R\$ 5.169.613,93, enquanto os desembolsos foram de R\$ 4.712.126,55. O fluxo de caixa líquido das atividades operacionais foi de R\$ 241.700,08 (proveniente da diferença dos ingressos e os desembolsos).

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:

Não houveram ingressos das atividades de Investimentos e os desembolsos foram de R\$ 215.787,30. O fluxo de caixa líquido das atividades de investimento foi de R\$ - 215.787,30.

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:

Não ocorreram movimentações no fluxo de caixa das atividades de financiamento da entidade.

Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa:

O valor do caixa e equivalente de caixa líquida vindo do exercício de 2016 foi de R\$ 13.739,44. Ao final do exercício de 2017 o valor do caixa e equivalente de caixa líquida foi de R\$ 255.739,52. Aumento de R\$ 241.700,08.



OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Não se aplica a este demonstrativo.
Divulgações não financeiras: Não se aplica a este demonstrativo.
Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro: Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.
Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros: Não houve ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.
Reconhecimento das Retenções: O ente considera a retenção como paga apenas na baixa da obrigação, nenhum ajuste será promovido.

**ELIAS RIBEIRO DE
CARVALHO
- PRESIDENTE -**

**EZIUDA MARIA
DE SOUSA
Contadora
CRC/PE Nº
12.705/O-8**



Câmara Municipal de Escada - 2017

RUA JOÃO MANOEL PONTUAL, 146 -
Escada/PE - CEP: 55500-000
CNPJ Nº: 11.190.832/0001-34 Telefone: (81) 35343875

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada

Anexo 11, Lei nº 4.320/64
2017



Documento Assinado Digitalmente por: ELIAS RIBEIRO DE CARVALHO, EZIUDA MARIA DE SOUSA
Acesse em: <http://cctcead.pe.gov.br/cplp/ajuda/pos-sua-chave-de-digimonte-cadastre-a-sua-chave>

Código	Títulos	Autorizada			Realizada no Período	Realizada Até Período	Diferença
		Crédito Orçamentário Suplementar	Crédito Especial e Extraordinário	Total			
	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	4.780.000,00	0,00	4.780.000,00	4.181.679,39	4.181.679,39	598.320,61
10.00	PODER LEGISLATIVO	4.780.000,00	0,00	4.780.000,00	4.181.679,39	4.181.679,39	598.320,61
10.01	CÂMARA MUNICIPAL	4.780.000,00	0,00	4.780.000,00	4.181.679,39	4.181.679,39	598.320,61
10.01 0103100010.001	CONTRIBUIÇÃO PARA ÓRGÃOS PREVIDENCIÁRIOS	670.000,00	0,00	670.000,00	649.104,19	649.104,19	20.895,81
10.01 0103100010.001 31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	670.000,00	0,00	670.000,00	649.104,19	649.104,19	20.895,81
10.01 0103100010.001 31901300 01	RECURSOS ORDINÁRIOS	670.000,00	0,00	670.000,00	649.104,19	649.104,19	20.895,81
10.01 0103100011.001	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CÂMARA	150.000,00	0,00	150.000,00	110.398,38	110.398,38	39.601,62
10.01 0103100011.001 44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	150.000,00	0,00	150.000,00	110.398,38	110.398,38	39.601,62
10.01 0103100011.001 44905100 01	RECURSOS ORDINÁRIOS	150.000,00	0,00	150.000,00	110.398,38	110.398,38	39.601,62
10.01 0103100011.002	AQUISIÇÃO DE M'VEIS, UTENS. E EQUIP. DIVERSOS	125.850,00	0,00	125.850,00	105.388,92	105.388,92	20.461,08
10.01 0103100011.002 44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	125.850,00	0,00	125.850,00	105.388,92	105.388,92	20.461,08
10.01 0103100011.002 44905200 01	RECURSOS ORDINÁRIOS	125.850,00	0,00	125.850,00	105.388,92	105.388,92	20.461,08
10.01 0103100012.001	REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES	1.472.150,00	0,00	1.472.150,00	1.326.996,00	1.326.996,00	145.154,00
10.01 0103100012.001 31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.377.150,00	0,00	1.377.150,00	1.250.496,00	1.250.496,00	126.654,00
10.01 0103100012.001 31901100 01	RECURSOS ORDINÁRIOS	1.377.150,00	0,00	1.377.150,00	1.250.496,00	1.250.496,00	126.654,00
10.01 0103100012.001 33901400	DIÁRIAS - CIVIL	95.000,00	0,00	95.000,00	76.500,00	76.500,00	18.500,00
10.01 0103100012.001 33901400 01	RECURSOS ORDINÁRIOS	95.000,00	0,00	95.000,00	76.500,00	76.500,00	18.500,00
10.01 0103100012.002	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO LEGISLATIVO	2.196.500,00	0,00	2.196.500,00	1.886.412,73	1.886.412,73	310.087,27
10.01 0103100012.002 31900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00
10.01 0103100012.002 31900400 01	RECURSOS ORDINÁRIOS	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00
10.01 0103100012.002 31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.485.000,00	0,00	1.485.000,00	1.408.076,20	1.408.076,20	76.923,80
10.01 0103100012.002 31901100 01	RECURSOS ORDINÁRIOS	1.485.000,00	0,00	1.485.000,00	1.408.076,20	1.408.076,20	76.923,80
10.01 0103100012.002 33901400	DIÁRIAS - CIVIL	58.000,00	0,00	58.000,00	54.560,00	54.560,00	3.440,00
10.01 0103100012.002 33901400 01	RECURSOS ORDINÁRIOS	58.000,00	0,00	58.000,00	54.560,00	54.560,00	3.440,00
10.01 0103100012.002 33903000	MATERIAL DE CONSUMO	280.000,00	0,00	280.000,00	177.451,98	177.451,98	102.548,02
10.01 0103100012.002 33903000 01	RECURSOS ORDINÁRIOS	280.000,00	0,00	280.000,00	177.451,98	177.451,98	102.548,02
10.01 0103100012.002 33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	120.000,00	0,00	120.000,00	73.000,00	73.000,00	47.000,00
10.01 0103100012.002 33903500 01	RECURSOS ORDINÁRIOS	120.000,00	0,00	120.000,00	73.000,00	73.000,00	47.000,00
10.01 0103100012.002 33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	70.000,00	0,00	70.000,00	54.367,00	54.367,00	15.633,00
10.01 0103100012.002 33903600 01	RECURSOS ORDINÁRIOS	70.000,00	0,00	70.000,00	54.367,00	54.367,00	15.633,00



Câmara Municipal de Escada - 2017

RUA JOÃO MANOEL PONTUAL, 146 -
Escada/PE - CEP: 55500-000
CNPJ Nº: 11.190.832/0001-34 Telefone: (81) 35343875

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada

Anexo 11, Lei nº 4.320/64
2017



Documento Assinado Digitalmente por: ELIAS RIBEIRO DE CARVALHO, EZIUDA MARIA DE SOUSA
Acesse em: <http://clicadocnpj.com.br/portal/validarDespesa.asp?Codigo=documento:caff9a5f-ae0a-4ba5-a7ab-8b0bb6b0e838>

Código	Títulos	Autorizada			Realizada no Período	Realizada Até Período	Diferença
		Crédito Orçamentário Suplementar	Crédito Especial e Extraordinário	Total			
10.01 0103100012.002 33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	143.500,00	0,00	143.500,00	118.957,55	118.957,55	24.542,45
10.01 0103100012.002 33903900 01	RECURSOS ORDINÁRIOS	143.500,00	0,00	143.500,00	118.957,55	118.957,55	24.542,45
10.01 0103100012.002 33909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
10.01 0103100012.002 33909200 01	RECURSOS ORDINÁRIOS	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
10.01 0103100012.003	VERBA INDENIZATÓRIA	165.500,00	0,00	165.500,00	103.379,17	103.379,17	62.120,83
10.01 0103100012.003 33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	165.500,00	0,00	165.500,00	103.379,17	103.379,17	62.120,83
10.01 0103100012.003 33909300 01	RECURSOS ORDINÁRIOS	165.500,00	0,00	165.500,00	103.379,17	103.379,17	62.120,83



Câmara Municipal de Escada - 2017

RUA JOÃO MANOEL PONTUAL, 148 -
Escada/PE - CEP: 55500-000
CNPJ Nº: 11.190.832/0001-34 Telefone: (81) 35343875

Descrição por Elemento de Despesa

Anexo 2, Lei nº 4.320/64
2017



Documento Assinado Digitalmente por: ELIAS RIBEIRO DE CARVALHO, EZIUDA MARIA DE SOUSA
Acesse em: http://repositorio.pb.gov.br/pepp/validarDocumento?codigo_documento=1534741134-41148711896cece685d5a7

Órgão: 10.00 PODER LEGISLATIVO
Unidade: 10.01 CÂMARA MUNICIPAL

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	DETALHAM.	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CAT. ECON.
3.0.00.00.00	Despesas Correntes					3.985.892,00
3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais				3.307.676,39	
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas			3.307.676,39		
3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado		0,00			
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		2.658.572,20			
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais		649.104,19			
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes				658.215,70	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas			658.215,70		
3.3.90.14.00	Diárias - Civil		131.060,00			
3.3.90.30.00	Material de Consumb		177.451,98			
3.3.90.35.00	Serviços de Consultoria		73.000,00			
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		54.367,00			
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		116.957,55			
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores		0,00			
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições		103.379,17			
4.0.00.00.00	Despesas de Capital					215.787,30
4.4.00.00.00	Investimentos				215.787,30	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas			215.787,30		
4.4.90.51.00	Obras e Instalações		110.398,38			
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		105.388,92			
TOTAL						4.181.679,30
TOTAL						4.181.679,30



CÂMARA MUNICIPAL DA ESCADA

RESOLUÇÃO TC Nº 25/2017

ANEXO XIV

DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER LEGISLATIVO)



Documento Assinado Digitalmente por: ELIAS RIBEIRO DE CARVALHO, EZIUDA MARIA DE SOUSA
Acesse em: <http://e/cce/ice.pe.gov.br/epj/validaDoc.seam?codigoDoDocumento:651b0f30-0f3d-4d64-8d46-8e488d0c8e67>

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção dos Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para adoção de processo orçamentário de acordo com NBCASP;	Processo e Sistema Orçamentário de acordo com o MCASP.	Financeiro/Assessoria Contábil	31/12/2014	Concluída
Adequação/Aquisição de sistema para adoção de processo orçamentário de acordo com NBCASP;	Sistema de Informações Contábeis que apresente Sistema Orçamentário baseado no MCASP.	Assessoria	31/12/2014	Concluída

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos por competência, incluindo os respectivos ajustes para perdas;	Metodologia de reconhecimento dos créditos e sistematização de ajustes para perdas.	Tesouraria/Assessoria Contábil	31/12/2014	Concluída
Contratação de sistema para registro de créditos por competências;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro de direitos por competência.	Presidente/Tesouraria	31/12/2014	Concluída
Estabelecimento de metodologia para ajuste para perdas para os créditos registrados por competência;	Metodologia por tipo de ajuste para perdas.	Tesouraria/Assessoria Contábil	31/12/2014	Concluída
Adequação do sistema à metodologia local de ajuste para perdas.	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de ajustes para perdas.	Assessoria	31/12/2014	Concluída



Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência, inclusive as provisões;	Metodologia de reconhecimento de obrigações por competência.	Tesouraria/Assessoria Contábil	31/12/2014	Concluída
Adequação/Aquisição de sistema para registro de obrigações por competência;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro de obrigações por competência.	Assessoria	31/12/2014	Concluída
Evidenciação contábil de todas as obrigações e provisões por competência.	Obrigações e provisões evidenciadas contabilmente.	Tesouraria/Assessoria Contábil	31/12/2014	Concluída

Ação	3. Evidenciação dos ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle;	Metodologia de reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle;	Assessoria	31/12/2018	Em andamento
Adequação/Aquisição de sistema para registro de ativos e passivos contingentes em contas de controle;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro de ativos e passivos contingentes em contas de controle;	Assessoria	31/12/2018	Concluída
Evidenciação contábil e em notas explicativas dos ativos e passivos contingentes;	Ativos e passivos contingentes devidamente evidenciados na contabilidade.	Assessoria Contábil	31/12/2018	Em andamento



Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Aquisição/Aquisição de Sistema de Controle Patrimonial;	Implantação de Sistema de Informações Contábeis adequado ao registro do patrimônio.	Presidente/Controle Patrimonial	31/12/2018	Concluída
Levantamento em nível local do Patrimônio da entidade e registro no sistema;	Relatório do Sistema de Informações Contábeis com detalhamento do patrimônio do ente, com base em perícia ou referência de mercado.	Controle Patrimonial	31/12/2018	Concluída
Desenvolvimento e operacionalização de rotina para registro de depreciação, amortização e exaustão dos ativos;	Metodologia para registro da depreciação, amortização e exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável;	Controle Patrimonial/Assessoria Contábil	31/12/2018	Concluída
Adequação do Sistema de Informações Contábeis aos procedimentos de ajustes patrimoniais acima apresentados.	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de depreciação, reavaliação e etc. dos elementos patrimoniais.	Assessoria	31/12/2018	Concluída

Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados;	Metodologia de reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados;	Financeiro/Assessoria Contábil	31/12/2018	Em andamento
Adequação/Aquisição de sistema para registro das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados;	Financeiro/Assessoria	31/12/2018	Concluída
Evidenciação contábil das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados;	Obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados devidamente evidenciados na contabilidade.	Assessoria Contábil	31/12/2018	Em andamento



Ação	6. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência;	Metodologia de reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência;	Financeiro/Assessoria	31/12/2018	Em andamento
Adequação/Aquisição de sistema para registro das obrigações com fornecedores por competência;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro das obrigações com fornecedores por competência;	Assessoria	31/12/2018	Concluída
Evidenciação contábil das obrigações com fornecedores por competência;	Obrigações com fornecedores por competência devidamente evidenciados na contabilidade.	Assessoria Contábil	31/12/2018	Em andamento

Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência;	Metodologia de reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência;	Financeiro/Assessoria	31/12/2018	Em andamento
Adequação/Aquisição de sistema para registro das demais obrigações por competência;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro das demais obrigações por competência;	Assessoria	31/12/2018	Concluída
Evidenciação contábil das demais obrigações por competência;	Demais obrigações por competência devidamente evidenciados na contabilidade.	Assessoria Contábil	31/12/2018	Em andamento

Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação de software, marcas, patentes, licenças e congêneres;	Metodologia de reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres;	Controle Patrimonial Financeiro/Assessoria	31/12/2021	Em andamento
Adequação/Aquisição de sistema para registro de software, marcas, patentes, licenças e congêneres;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres;	Assessoria	31/12/2021	Em andamento
Evidenciação contábil de software, marcas, patentes, licenças e congêneres;	Softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres devidamente evidenciados na contabilidade.	Assessoria Contábil	31/12/2021	Não Iniciada



PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP

Ação	Aplicação do Plano de Contas detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Extensão do PCASP para nível detalhado necessário ao Ente;	PCASP estendido até o nível necessário para registro contábil dos fenômenos.	Assessoria	31/12/2014	Concluída
Aquisição/Desenvolvimento de Sistema para que o PCASP estendido e os eventos sejam agregados;	Sistema Informatizado adequado ao PCASP e estendido aos eventos.	Presidente/Assessoria	31/12/2014	Concluída
Criar rotinas de integridade e de abertura e encerramento de exercício;	Metodologia de registro da abertura e encerramento do exercício, além de verificação de integridade de dados.	Assessoria	31/12/2014	Concluída
Adequação do sistema informatizado às rotinas de integridade, abertura e encerramento de exercício.	Sistema de Informatizado adequado às rotinas de integridade, abertura e encerramento do exercício.	Assessoria	31/12/2014	Concluída

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP

Ação	Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de regra/fórmulas para levantamento das DCASP a partir da contabilidade;	Metodologia de levantamento das DCASP por meio do PCASP estendido e das demais informações contábeis.	Assessoria	31/12/2014	Concluída
Ajustes das demonstrações contábeis para o novo padrão, com a inclusão das fórmulas;	Template de DCASP adequada à nova metodologia.	Assessoria	31/12/2014	Concluída
Ajuste em sistemas para inclusão do novo modelo de DCASP.	Sistema informatizado adequado à metodologia de levantamento das DCASP a partir do PCASP estendido e das demais informações contábeis.	Assessoria	31/12/2014	Concluída

Obs. 1: As subações devem ser preenchidas a critério do Gestor, adequando-as a sua realidade, desde que conexas às diretrizes estabelecidas nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Obs.2: A informação "Situação Atual" deve ser preenchida com uma das seguintes opções: "Em andamento", "Paralisada", "Não iniciada" ou "Concluída".



CÂMARA MUNICIPAL DA ESCADA

CASA JOSÉ SISENANDO CABRAL DE SOUSA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA MESA DIRETORA EXERCÍCIO 2017

RELATÓRIO CONTROLE INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESCADA

01. APRESENTAÇÃO

A Coordenação de Controle Interno da Câmara Municipal de Escada apresenta este relatório que retrata as diversas ações realizadas e os limites legais vinculados ao Poder Legislativo.

Nos termos do Art. 74 da Constituição Federal, Art. 59 da Lei Complementar nº 101, Art. 63 a 66 da Lei Complementar nº 33, de 28/06/94, Resolução do TCE-PE nº 001/2009, a Unidade de Controle Interno apresenta relatório sobre suas atividades desempenhadas no período de 01/01/2017 a 31/12/2017.

Considerando as incumbências do Órgão de Controle Interno da Câmara Municipal de Escada, foram analisados os atos de repercussão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial praticados pela sua Administração, bem como os registros contábeis e as demonstrações contábeis.

A Resolução TC nº 25/2017 que dispõe da Prestação de Contas anual da Mesa Diretora, o que neste ato, relata todos os casos que pode observar, neste íterim, verificando que foram efetuadas as checagens, resultando neste Relatório de Controle Interno. Observamos algumas demonstrações contábeis, como por exemplo, o Balancete da Receita, Balancete da Despesa, Demonstrativo dos Gastos com Pessoal, que serão detalhados a seguir.

02. CONSIDERAÇÕES PERTINENTES AOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

02.1. APLICAÇÃO E CONTROLE DOS GASTOS COM PESSOAL

Identificamos que na apuração referente aos últimos 12 (doze) meses, com data base de dezembro/2017, os gastos com pessoal do Poder Legislativo comprometeram 3,32% da receita corrente líquida, estando dentro do limite estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme demonstração abaixo:



02.2. DESPESA TOTAL COM PESSOAL - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

DESPESA TOTAL COM PESSOAL - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017		
TÍTULOS	VALORES	%
Receita corrente Líquida do Município	99.546.107,37	3,32 %
Limite Máximo para despesa com pessoal	5.972.766,44	6,00 %
Limite Prudencial	5.674.128,12	5,70 %
Limite de Alerta	5.375.489,80	5,40 %

02.3. GASTOS COM A FOLHA DE PAGAMENTO LIMITE DA FOLHA DE PAGAMENTO DO PODER LEGISLATIVO

Analisando o limite de gasto com folha de pagamento constatamos que a Câmara respeitou o teto estabelecido na Constituição Federal, não ultrapassando o percentual de 70% (setenta por cento), conforme demonstrado abaixo.

LIMITE DE PAGAMENTO DO PODER LEGISLATIVO - EXERCÍCIO 2017		
TÍTULOS	VALORES	%
Total dos recursos recebidos pela Câmara no exercício de 2017 - duodécimo	4.287.270,36	100,00 %
Limite Máximo para despesa com folha de pagamento	3.001.089,25	70,00 %
Gastos com folha de pagamento pessoal do Poder Legislativo (percentual)	2.658.572,20	62,01 %

02.4. EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS - RECEITA X DESPESA REFERENTE O GASTO COM PAGAMENTO DE PESSOAL

Um dos principais pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal é o equilíbrio das contas públicas. Para que qualquer município chegue à situação de equilíbrio, o principal fator a ser cumprido é que sua arrecadação suporte a execução orçamentária/financeira.

Identificamos com base nos demonstrativos contábeis as seguintes informações: Os recursos transferidos pelo Poder Executivo no ano de 2017.

Recomendamos o acompanhamento mensal da execução orçamentária/financeira, de forma a proporcionar o encerramento anual das contas de forma eficiente, sem a inscrição de restos a pagar ao final do exercício, não comprometendo o orçamento do exercício seguinte, bem como planejamento de todas as contas em especial folha de pagamento e previdências.



03. RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Este ponto é muito importante e mereceu atenção especial do Controle Interno que mensalmente acompanhou este tipo de despesa e pode constatar estar havendo o recolhimento normal das contribuições previdenciárias.

O desconto previdenciário dos servidores foi de 11% (onze por cento). A obrigação patronal 22,00% (vinte e dois por cento) e, a contribuição suplementar foi de 21,50% (dezenove e meio por cento) até o mês de outubro, a partir do mês de novembro a contribuição suplementar foi de 23,50% (vinte e um e meio por cento).

04. RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDENCIA - INSS

Quanto à contribuição previdenciária para o regime geral, constatamos que a Administração está informando regularmente e de forma tempestiva a GFIP, e pagando em dia as contribuições recolhidas dos Servidores e a parte patronal.

Destacamos que a Receita Federal do Brasil - RFB está realizando diretamente do FPM às contribuições previdenciárias da Câmara e Prefeitura, estando o Poder Legislativo realizando a rotina e no final do mês restituir à Prefeitura o valor descontado do repasse constitucional, até o mês de agosto, a partir de setembro foi pago diretamente da Câmara Municipal para a entidade Receita Federal.

05. DA PUBLICAÇÃO DE ATOS EM VEICULOS DE COMUNICAÇÃO OFICIAL.

A Câmara publica todos os seus atos no quadro de avisos do Poder Legislativo na forma da Constituição Estadual, e tem um site institucional com as informações disponibilizadas.

Houve uma publicação no Diário Oficial e em jornal de circulação em todo Estado de Pernambuco, por conta de um processo licitatório para serviços de fornecimento de combustível através de cartão para abastecimento de veículos dos srs. Edis, e, houve também processo licitatório para manutenção predial e requalificação da edificação onde funciona a Câmara Municipal.

06. DO PLANO DE AÇÃO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL EXECUTADO PELO CONTROLE INTERNO.

O Controle Interno da Câmara de VEREADORES DE ESCADA manteve as ações implementadas de estruturação do Controle Interno constante na Resolução TCE nº 001/2009.



Não houve mudanças dos integrantes responsáveis pela Controladoria, Contabilidade e Assessoria Jurídica. Mantendo os servidores efetivos nas mesmas funções. Sendo, portanto, responsáveis pelo cumprimento das ações já existente: expedição de norma para o processamento de despesas com aquisição de bens e serviços; normas para recebimento, armazenagem e guarda de material de consumo e permanente; acompanhamento na aquisição de materiais de informática; publicação dos atos em jornais de circulação municipal; e demais itens previstos na Planilha do Plano de Ação.

07. PROCESSOS LICITATÓRIOS

Houve publicações no Diário Oficial e em jornal de circulação em todo Estado de Pernambuco, por conta de um processo licitatório para serviços de fornecimento de combustível através de cartão para abastecimento de veículos dos srs. Edis, como também processo licitatório para manutenção predial e requalificação da edificação onde funciona a Câmara Municipal, tendo a Comissão de Controle Interno, revisado o mesmo nos procedimentos e não encontrou qualquer irregularidade, constatamos também que os processos foram informados ao Tribunal de Contas através de meio eletrônico sistema SAGRES.

08. CONTABILIDADE

Durante o período foi elaborado pelo setor de Contabilidade e acompanhado pelo Controle Interno, a elaboração das informações de Relatório de Gestão Fiscal transmitido em meio digital à Secretaria do Tesouro Nacional, devidamente homologado pelo mesmo, através do SICONFI, e o 3º quadrimestre enviado ao Tribunal de Contas do Estado através de Prestação de Contas anual.

09. VERBAS INDENIZATÓRIAS

A Câmara não possui verba indenizatória da atividade parlamentar, apenas a de representação do Presidente da Câmara que equivale a um subsídio mensal.

10. OUTRAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Destacamos que o investimento em capacitação dos Servidores deve ser permanente e sugerimos à Presidência da Câmara que realize investimentos contínuos nesta área.

Cursos de informática, legislação, processo legislativo, arquivo e atendimento ao público devem ser priorizados para favorecer a capacitação e aperfeiçoamento dos Servidores.



. CONGRESSOS E DIÁRIAS

Este tipo de despesa foi pequeno para a capacidade econômica da Câmara no exercício em análise, respeitando-se o princípio da razoabilidade, tendo as liberações respeitado o interesse público e moralidade.

12. CONTRATAÇÃO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

A Câmara possui site institucional e está desenvolvendo o Portal da Transparência para atender a legislação e cumprir o princípio constitucional da publicidade e transparência.

13. RESTOS A PAGAR

Observou-se que não houve restos a pagar em referência ao exercício do ano de 2017.

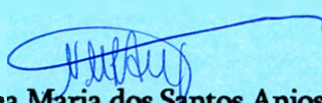
14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

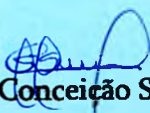
O Controle Interno vem buscando desempenhar suas funções da melhor forma possível, buscando proteger o erário público à luz dos princípios constante no art. 37 da Constituição Federal, especialmente o da moralidade, legalidade, eficiência e publicidade.

Para tanto, é necessário o envolvimento de toda administração e a conscientização de todos os servidores da real importância desse órgão.

Cabe ressaltar ainda, que nosso órgão se encontra receptivo a sugestões que possam contribuir para toda administração e municipalidade como um todo. Lembrando que ainda estamos em processo de autoconhecimento e aperfeiçoamento.

Escada, 26 de março de 2018.


Norma Maria dos Santos Anjos
Coordenadora do Controle Interno


Maria da Conceição Santos da Silveira
Assistente do Controle Interno



CÂMARA MUNICIPAL DA ESCADA

CASA JOSÉ SISENANDO CABRAL DE SOUSA



Documento Assinado Digitalmente por: NORMA MARIA DOS SANTOS ANJOS, ELIAS RIBEIRO DE CARVALHO
Acesse em: <http://eicce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 0d8ea4ba-973e-4952-8809-82d4df9d215bd

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos e convenientes fins e, especialmente para fazer prova perante o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, que não houve Relatório de Auditoria realizada pelo Controle Interno referente medidas tomadas para saneamento de irregularidades, acaso encontradas.

Por ser verdadeira, dato e assino a presente declaração.

Escada, 26 de março de 2018.

Elias Ribeiro de Carvalho
= Presidente =



CÂMARA MUNICIPAL DA ESCADA

CASA JOSÉ SISENANDO CABRAL DE SOUSA

EXERCÍCIO 2017

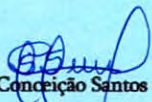
TERMO DE CONFERÊNCIA DE CAIXA

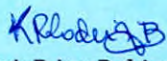
EM, 29 DE DEZEMBRO DE 2017

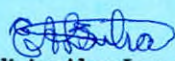
Nesta data, em cumprimento a solicitação do *Presidente* da CÂMARA MUNICIPAL DA ESCADA - PE., a fim de atendimento às determinações da Resolução do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO (TCE), nós infra assinados procedemos a **verificação e conferência** do Caixa Financeiro da Tesouraria deste Órgão, onde verificamos o saldo bancário no *Banco do Brasil S/A - Agência: Escada - PE., conta corrente nº 7.874-3, o valor de R\$ 97.202,30 (noventa e sete mil, duzentos e dois reais, trinta centavos)* e na *Caixa Econômica Federal - Agência: Escada - PE., conta corrente nº 06000039-0, o valor de R\$ 158.237,22 (cento e cinquenta e oito mil, duzentos e trinta e sete reais, vinte e dois centavos)*.

Para concluir, ratificamos o presente termo por ser expressão da verdade.

Escada (PE), 29 de dezembro de 2017.


Mª Conceição Santos da Silveira
Tesoureira


Katia Rejane Rodrigues Bezerra
Agente Administrativo


Edinice Alves Lyra da Silva
Agente Administrativo

Câmara Municipal da Escada

PERNAMBUCO

CONCILIAÇÃO BANCÁRIA

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CONTA: 0600039-0

MÊS: DEZEMBRO/2017



Documento Assinado Digitalmente por: ELIAS RIBEIRO DE CARVALHO, EZIUDA MARIA DE SOUSA
Acesse em: <http://cece.ice.pe.gov.br/eppp/validaDoc.aspx> Código do documento: 74881e0-b7ab-4977-9cc5-66bafce395db7

SALDO DO EXTRATO BANCÁRIO

R\$: 191.298,97

Cheques emitidos e não sacados:

Nº:	Data:	Valor: R\$
901425	07/12/2017	143,67
901490	20/12/2017	157,76
901493	20/12/2017	201,89
901502	20/12/2017	108,21
901506	28/12/2017	66,43
901509	28/12/2017	32.492,00

R\$: 33.061,75

Cheques cancelados:

Nº:	Data:	Valor: R\$
901411	07/12/2017	1.257,76
901412	07/12/2017	1.286,20
901414	07/12/2017	1.257,76
901415	07/12/2017	1.286,20
901416	07/12/2017	1.005,36
901426	07/12/2017	1.088,20
901436	07/12/2017	1.005,36
901453	07/12/2017	762,42
901500	20/12/2017	1.008,21
901504	20/12/2017	1.008,21
Total		10.965,68

Saldo da C/C Bancária:

Observações:	
Soma	

R\$:

TOTAL:

R\$: 158.237,22

- PRESIDENTE -

- TÉCNICO CONTÁBIL -
CRC/PE-12705/O-8

- TESOUREIRA -



Saldo

Horários e Limites

Saldo	191.298,97 C
Limite do Cheque Especial	0,00
Saldo bloqueado	0,00 C
Saldo disponível	191.298,97 C
Saldo total	191.298,97 C

* 650 - Sujeito a alteração até o final do expediente bancário.

Câmara Municipal da Escada

PERNAMBUCO

CONCILIAÇÃO BANCÁRIA

BANCO DO BRASIL S/A

CONTA: 7.874-3

MÊS: DEZEMBRO/2017



Documento Assinado Digitalmente por: ELIAS RIBEIRO DE CARVALHO, EZILDA MARTA DE SOUSA
Acesse em: <http://eic.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 71fa8fc9-b7ab-4977-9ce5-66ba1e3956b7

SALDO DO EXTRATO BANCÁRIO

R\$: 103.502,84

Cheques emitidos e não sacados:

Nº:	Data:	Valor: R\$
858990	20/04/2016	2.171,27
859536	03/11/2016	400,00
859739	30/12/2016	509,79
859740	30/12/2016	1.467,65

R\$: 4.548,71

Cheques cancelados:

Nº:	Data:	Valor: R\$
Total		

Saldo da C/C Bancária:

Observações:	
Devolução do Consignado repassado	
repassado a maior	+ 1.751,83
Total	+ 1.751,83

TOTAL:

R\$: 97.202,30

- PRESIDENTE -

- TÉCNICO CONTÁBIL -
CRC/PE-12705/O-8

- TESOUREIRA -



Extrato conta corrente

02/01/2018

Cliente - Conta atual

Agência 1058-8
 Conta corrente 7874-3 CAMARA MUNICIPAL ESCADA
 Período do extrato 12 / 2017

Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R\$	
30/11/2017		0000	00000	000 Saldo Anterior			128.108,92
01/12/2017		0000	13105	363 Pagto conta telefone TELEMAR RJ (OI FIXO)	120.101	224,91 D	127.883,92
05/12/2017		0000	13105	144 Transferência Agendada 04/12 1058 29447-0 CONVENIO CONSI	105.800.000.029.447	13.521,61 D	
05/12/2017		0000	13105	144 Transferência Agendada 04/12 2591 104444-3 TRIVALE ADMINI	259.100.000.104.444	18.020,84 D	96.341,52
07/12/2017		0000	13134	250 Folha de Pagamento	19.169	16.840,27 D	
07/12/2017		0000	13113	170 Tar Pag Salár Créd Conta Tarifa referente a 07/12/2017	833.410.901.641.811	37,40 D	
07/12/2017		0000	13113	170 Tar Lib/Ant Float Pg Sal Tarifa referente a 07/12/2017	833.410.901.641.812	16,84 D	
07/12/2017		0000	13113	170 Tar Lib Arq Pgto Manual Tarifa referente a 07/12/2017	833.410.901.647.798	106,50 D	79.340,52
13/12/2017		0000	13105	361 Pgto conta água COMPESA	121.301	57,13 D	79.283,39
15/12/2017		0000	14342	900 Movimento do Dia	103.491.000.056.191	1.751,83 C	81.035,22
19/12/2017		1058	99026	470 Transferência enviada 19/12 1058 23369-2 IVONETE RIBEIR	661.058.000.023.369	2.000,00 D	
19/12/2017		1058	99026	470 Transferência enviada 19/12 1058 40567-1 CATIA M R SANT	661.058.000.040.567	3.750,00 D	
19/12/2017		1058	99026	470 Transferência enviada 19/12 3459 18540-X FALCAO CENTRO	663.459.000.018.540	11.400,00 D	63.885,23 C
20/12/2017		1058	99026	870 Transferência recebida 20/12 1058 11210-0 PREF MUL ESCAD	661.058.000.011.210	357.272,53 C	
20/12/2017		0000	13105	196 INSS Arrecadação GPS- Ident.: 11190832000134 - 11/2017	122.001	62.400,32 D	
20/12/2017		0000	13105	196 INSS Arrecadação GPS- Ident.: 11190832000134 - 13/2017	122.002	28.465,69 D	330.291,75 C
21/12/2017		0000	13134	250 Folha de Pagamento	13.866	41.692,49 D	
21/12/2017		0000	13105	362 Pagamento conta luz CELPE	122.101	734,82 D	
21/12/2017		0000	13105	438 TED 104 2125 011190832000134 CAMARA MUNICI	122.102	200.000,00 D	
21/12/2017		0000	13113	170 Tar Pag Salár Créd Conta Tarifa referente a 21/12/2017	833.550.801.659.220	51,00 D	
21/12/2017		0000	13113	170 Tar Lib/Ant Float Pg Sal Tarifa referente a 21/12/2017	833.550.801.659.221	41,69 D	
21/12/2017		0000	13113	170 Tar Lib Arq Pgto Manual Tarifa referente a 21/12/2017	833.550.801.665.408	106,50 D	
21/12/2017		0000	13113	310 Tar DOC/TED Eletrônico Tarifa referente a 21/12/2017	873.551.200.258.032	9,40 D	87.655,85 C
22/12/2017		0000	13105	144 Transferência Agendada 20/12 2739 9495-1 ACONTEC CONTAB	273.900.000.009.495	5.000,00 D	82.655,85 C

02/01/2018

Banco do Brasil

26/12/2017	0000	13105	109 Pagamento de Título BANCO DO BRASIL	122.601	23,70 D	
26/12/2017	0000	13105	109 Pagamento de Título BANCO DO BRASIL	122.602	500,00 D	
26/12/2017	0000	13105	109 Pagamento de Título BANCO BRADESCO S.A.	122.603	173,52 D	81.958,6
27/12/2017	0000	13105	363 Pagto conta telefone EMBRATEL	122.701	7,54 D	81.951,0
28/12/2017	1058	99026	870 Transferência recebida 28/12 1058 11210-0 PREF MUL ESCAD	661.058.000.011.210	41.317,25 C	
28/12/2017	1058	99026	470 Transferência enviada 28/12 1058 13444-9 ESCADAPREVI CT	661.058.000.013.444	9.103,15 D	
28/12/2017	1058	99026	470 Transferência enviada 28/12 1058 13444-9 ESCADAPREVI CT	661.058.000.013.444	10.662,35 D	103.502,8
31/12/2017	0000	00000	999 S A L D O			103.502,8

OBSERVAÇÕES:

Transação efetuada com sucesso por: J5765952 MARIA DA CONCEICAO SANTOS.



Documento Assinado Digitalmente por: ELIAS RIBEIRO DE CARVALHO, EZIUDA MARIA DE SOUSA
Acesso em: http://cece.ice.pe.gov.br/epm/validarDocumento.aspx?Codigo do documento: 71fa8fc9-b7ab-4977-9ce5-66bafce3956b7



MAPA DEMONSTRATIVO DE LICITAÇÕES - EXERCÍCIO 2017

Declaro para os devidos fins que as informações presentes neste documento refletem a situação atual desta Unidade Gestora, referente aos Processos Licitatórios. Ademais, estou ciente que a omissão de informações poderá implicar a aplicação de pena de multa pelo TCE/PE, conforme previsto no Art. 73 da Lei Estadual nº 12.600/2004 e alterações posteriores, além das sanções previstas nas Resoluções do SAGRES. O não fornecimento do Mapa Demonstrativo de Licitações, implica, subsidiariamente, na incompletude da Prestação de Contas Anual dos jurisdicionados.

Câmara Municipal de Escada

Nº Proc. / Ano	Mod. Nº / Ano	Portaria	Critério Julgamento	Objeto	Objeto Conforme Edital	SRP	Estágio/ Situação	Licitantes Vencedores	Valor Gl. Licit.(R\$)
6/2017	Convite - 4/2017	37/2017		Mobiliário em Geral	Constitui objeto da presente licitação a aquisição de cadeiras e sofás para o Plenário e departamentos administrativos do prédio sede da Câmara Municipal de Escada - Pernambuco	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	GINALDO JOSÉ MARINHO DO NASCIMENTO - ME	32.492,00
5/2017	Convite - 3/2017	37/2017	Menor Preço	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de manutenção predial e requalificação da edificação onde funciona a Câmara Municipal da Escada PE	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	JN SANTOS CONSTRUÇÕES	110.398,38
4/2017	Tomada de Preços - 1/2017	8/2017	Menor Preço	Serviços Técnicos Especializados - Advocacia	Contratação de sociedade especializada para prestação dos serviços de Assessoria e Consultoria Técnica Jurídica	Não	Edital Publicado / Processo Anulado		
3/2017	Convite - 2/2017	8/2017		Mobiliário em Geral	Constitui objeto da presente licitação a aquisição de móveis para o Plenário e departamentos administrativos do prédio sede da Câmara Municipal de Escada - Pernambuco	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	FELIPE INACIO DA SILVA COMERCIO - ME	45.329,80
2/2017	Convite - 1/2017	8/2017		Manutenção e Conservação de Bens Imóveis		Não	Processo Instaurado / Processo Anulado		
1/2017	Pregão Presencial - 1/2017	37/2017	Maior Lance ou Oferta	Fornecimento de Ticket's, Cartões ou Afins Para Aquisição de Combustíveis	Contratação empresa especializada prestação de serviço fornecimento de combustível através de sistema de gerenciamento informatizado da frota.	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	Trivale Administração LTDA	218.400,00



MAPA DE CONTRATOS - EXERCÍCIO 2017

Declaro para os devidos fins que as informações presentes neste documento refletem a situação atual desta Unidade Gestora, referente aos Contratos. Ademais, estou ciente que a omissão de informações poderá implicar a aplicação de pena de multa pelo TCE/PE, conforme previsto no Art. 73 da Lei Estadual nº 12.600/2004 e alterações posteriores, além das sanções previstas nas Resoluções do SAGRES. O não fornecimento do Mapa Demonstrativo de Contratos, implica, subsidiariamente, na incompletude da Prestação de Contas Anual dos jurisdicionados.

Câmara Municipal de Escada

Contrato	Tipo Proc.	Processo	Portaria da Comissão	CPF/CNPJ	Nome/Razão Social	Vigência	Objeto	Valor(R\$)	Estágio/Situação
006/2017	LIC	5/2017	37/2017	18.870.567/0001-84	JN SANTOS CONSTRUÇÕES	31/08/2017 a 28/11/2017	2.010/Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	R\$ 110.398,38	Em Execução/Regular
004/2017	LIC	3/2017	8/2017	21.728.871/0001-04	FELIPE INACIO DA SILVA COMERCIO - ME	17/07/2017 a 14/10/2017	1.067/Mobiliário em Geral	R\$ 45.329,80	Em Execução/Regular
002/2017	LIC	1/2017	37/2017	00.604.122/0001-97	Trivale Administração LTDA	20/02/2017 a 20/02/2018	2.070/Fornecimento de Ticket's, Cartões ou Afins Para Aquisição de Combustíveis	R\$ 218.400,00	Em Execução/Regular
1/2014	LIC	1/2014	1/2014	35.444.751/0001-81	Acontec Contábil Ltda	10/05/2014 a 10/05/2018	2.059/Serviços Técnicos Especializados - Contabilidade/auditoria	R\$ 70.000,00	Em Execução/Regular
4/2013	LIC	1/2013	34/2013	329.292.934-20	REJANE GABRIEL FERREIRA	02/05/2013 a 02/05/2017	2.057/Serviços Técnicos Especializados - Advocacia	R\$ 36.000,00	Em Execução/Regular



CÂMARA MUNICIPAL DA ESCADA

CASA JOSÉ SISENANDO CABRAL DE SOUSA



Documento Assinado Digitalmente por: ELIAS RIBEIRO DE CARVALHO
Acesse em: <http://eicce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 0e76eba7-52fc-4b53-aebf-ad11524c4b61

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos e convenientes fins e, especialmente para fazer prova perante o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, que não houve demonstrativo referente às Tomadas de Contas Especiais Instauradas.

Por ser verdadeira, dato e assino a presente declaração.

Escada, 26 de março de 2018.

Elias Ribeiro de Carvalho
= *Presidente* =



CÂMARA MUNICIPAL DA ESCADA

CASA JOSÉ SISENANDO CABRAL DE SOUSA



Documento Assinado Digitalmente por: ELIAS RIBEIRO DE CARVALHO
Acesse em: <http://eicce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: f1863a94-ed1e-4325-95f4-8ec6a1db4677

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos e convenientes fins e, especialmente para fazer prova perante o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, que não houve Contratos de Concessões e/ou das Parcerias Público Privadas, de acordo com o disposto da Resolução TC nº 11/2013 (item VIII).

Por ser verdadeira, dato e assino a presente declaração.

Escada, 26 de março de 2018.

Elias Ribeiro de Carvalho
= Presidente =



CÂMARA MUNICIPAL DA ESCADA

RESOLUÇÃO TC Nº 25/2017

ANEXO XI

DEMONSTRATIVO DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)

Alíquotas de contribuição, prevista na lei municipal nº 2.150, de 30/06/2006

Servidores Ativos: 11%

Inativos e Pensionistas: ___-%

Órgão ou Entidade (contribuição “normal”): 22,00%

Órgão ou Entidade (contribuição adicional/compromisso especial): 21,50% (até o mês de outubro) e 23,50% (novembro, dezembro e 13º)

Data de repasse das contribuições à Unidade Gestora do RPPS (previsão legal): 05 dias do mês subsequente





CÂMARA MUNICIPAL DA ESCADA

RESOLUÇÃO TC Nº 25/2017

ANEXO XI-A

CONTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS (RPPS)

BASE DE CÁLCULO		RETIDA (2)	CONTABI- LIZADA	RECOLHIDA (4)		DATA DO VENCIMENTO (5)	DATA DO REPASSE (6)
COMPETÊNCIA	VALOR (1)			PRINCIPAL	ENCARGOS		
JANEIRO	12.290,38	1.351,94	14.448,96	1.351,94	-	05/02/2017	31/01/2017
FEVEREIRO	12.975,39	1.427,29	15.544,96	1.427,29	-	05/03/2017	23/02/2017
MARÇO	12.412,64	1.365,39	16.028,06	1.365,39	-	05/04/2017	31/03/2017
ABRIL	13.596,82	1.495,64	18.109,14	1.495,64	-	05/05/2017	02/05/2017
MAIO	12.412,64	1.365,39	19.650,59	1.365,39	-	05/06/2017	31/05/2017
JUNHO	12.412,64	1.365,39	19.958,84	1.365,39	-	05/07/2017	30/06/2017
JULHO	15.473,92	1.702,14	19.958,84	1.702,14	-	05/08/2017	31/07/2017
AGOSTO	16.111,68	1.772,29	19.958,84	1.772,29	-	05/09/2017	31/08/2017
SETEMBRO	18.372,60	2.020,95	22.369,11	2.020,95	-	05/10/2017	29/09/2017
OUTUBRO	17.139,19	1.885,31	21.051,35	1.885,31	-	05/11/2017	30/10/2017
NOVEMBRO	16.111,68	1.772,29	20.173,59	1.772,29	-	05/12/2017	30/11/2017
DEZEMBRO	18.871,37	2.075,85	23.058,07	2.075,85	-	05/01/2018	28/12/2017
13º SALÁRIO	16.111,67	1.722,29	20.184,20	1.722,29	-	05/01/2018	28/12/2017
TOTAL	194.292,62	21.322,16	250.494,55	21.322,16	-		





CÂMARA MUNICIPAL DA ESCADA

RESOLUÇÃO TC Nº 25/2017

ANEXO XI-B

CONTRIBUIÇÃO NORMAL DO ÓRGÃO/ENTIDADE (RPPS)

BASE DE CÁLCULO		CONTRIBUIÇÃO NORMAL						
COMPETÊNCIA	VALOR (1)	DEVIDA	CONTABI- LIZADA	BENEFÍCIOS PAGOS DIRE- TAMENTE (3)	RECOLHIDA (4)		DATA DO VENCIMENTO (5)	DATA DO REPASSE (6)
					PRINCIPAL	ENCARGOS		
JANEIRO	12.290,38	2.703,90	14.448,96	-	2.703,90	-	05/02/2016	31/01/2017
FEVEREIRO	12.975,39	2.854,59	15.544,96	-	2.854,59	-	05/03/2016	23/02/2017
MARÇO	12.412,64	2.730,78	16.028,06	-	2.730,78	-	05/04/2016	31/03/2017
ABRIL	13.596,82	2.991,30	18.109,14	-	2.991,30	-	05/05/2016	02/05/2017
MAIO	12.412,64	2.730,78	19.650,59	-	2.730,78	-	05/06/2016	31/05/2017
JUNHO	12.412,64	2.730,78	19.958,84	-	2.730,78	-	05/07/2016	30/06/2017
JULHO	15.473,92	3.404,32	19.958,84	-	3.404,32	-	05/08/2016	31/07/2017
AGOSTO	16.111,68	3.544,60	19.958,84	-	3.544,60	-	05/09/2016	31/08/2017
SETEMBRO	18.372,60	4.041,93	22.369,11	-	4.041,93	-	05/10/2016	29/09/2017
OUTUBRO	17.139,19	3.770,64	21.051,35	-	3.770,64	-	05/11/2016	30/10/2017
NOVEMBRO	16.111,68	3.544,60	20.173,59	-	3.544,60	-	05/12/2016	30/11/2017
DEZEMBRO	18.871,37	4.151,73	23.058,07	-	4.151,73	-	05/01/2017	28/12/2017
13º SALÁRIO	16.111,67	3.544,60	20.184,20	-	3.544,60	-	05/01/2017	28/12/2017
TOTAL	194.292,62	42.744,55	250.494,55	-	42.744,55	-		





CÂMARA MUNICIPAL DA ESCADA

RESOLUÇÃO TC Nº 25/2017

ANEXO XI-C

CONTRIBUIÇÃO DO PODER LEGISLATIVO - COMPROMISSO ESPECIAL (RPPS)

BASE DE CÁLCULO		CONTRIBUIÇÃO ADICIONAL/ESPECIAL/ESPECIAL DECORRENTE DE ALÍQUOTA SUPLEMENTAR (7)					
COMPETÊNCIA	VALOR (1)	DEVIDA	CONTABI- LIZADA	RECOLHIDA (4)		DATA DO VENCIMENTO (5)	DATA DO REPASSE (6)
				PRINCIPAL	ENCARGOS		
JANEIRO	12.290,38	2.642,45	14.448,96	2.642,45	-	05/02/2017	31/01/2017
FEVEREIRO	12.975,39	2.789,71	15.544,96	2.789,71	-	05/03/2017	23/02/2017
MARÇO	12.412,64	2.668,72	16.028,06	2.668,72	-	05/04/2017	31/03/2017
ABRIL	13.596,82	2.923,33	18.109,14	2.923,33	-	05/05/2017	02/05/2017
MAIO	12.412,64	2.668,72	19.650,59	2.668,72	-	05/06/2017	31/05/2017
JUNHO	12.412,64	2.668,72	19.958,84	2.668,72	-	05/07/2017	30/06/2017
JULHO	15.473,92	3.326,92	19.958,84	3.326,92	-	05/08/2017	31/07/2017
AGOSTO	16.111,68	3.464,01	19.958,84	3.464,01	-	05/09/2017	31/08/2017
SETEMBRO	18.372,60	3.950,02	22.369,11	3.950,02	-	05/10/2017	29/09/2017
OUTUBRO	17.139,19	3.684,93	21.051,35	3.684,93	-	05/11/2017	30/10/2017
NOVEMBRO	16.111,68	3.786,26	20.173,59	3.786,26	-	05/12/2017	30/11/2017
DEZEMBRO	18.871,37	4.434,77	23.058,07	4.434,77	-	05/01/2018	28/12/2017
13º SALÁRIO	16.111,67	3.786,26	20.184,20	3.786,26	-	05/01/2018	28/12/2017
TOTAL	194.292,62	42.794,82	250.494,55	42.794,82	-		





CÂMARA MUNICIPAL DA ESCADA

RESOLUÇÃO TC Nº 25/2017

ANEXO XII

DEMONSTRATIVO DE CUMPRIMENTO DOS LIMITES DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS EM MOEDA CORRENTE DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA, POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	TIPO DE INVESTIMENTO	LIMITE ESTABELECIDO PELO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (CMN)		VALOR APLICADO	PORCENTUAL APLICADO
		BASE LEGAL	PORCENTUAL		

Segmento de aplicação: Classificar os tipos de investimento das disponibilidades em moeda corrente (oriundas das receitas correntes e de capital e demais ingressos financeiros auferidos pelo regime próprio de previdência social) de acordo com seu segmento em: renda fixa e renda variável.

Tipo de investimento: Relacionar os tipos de investimento realizados. São exemplos de tipos de investimento: títulos de emissão do tesouro nacional, cotas de fundo de investimento previdenciário, cotas de investimento em renda fixa, depósitos em poupança, cotas de fundo de investimento em ações etc.

Limite estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) - Base legal: Citar a base legal do limite de cada tipo de investimento realizado pelo regime próprio conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional.

Limite estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) - Porcentual: registrar o limite legal para cada tipo de investimento, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional.

Valor Aplicado (R\$): Registrar, em Reais, o montante de recursos previdenciários aplicados em cada tipo de investimento.

Porcentual aplicado: Registrar o valor porcentual correspondente a cada tipo de investimento em relação ao total das disponibilidades em moeda corrente.





CÂMARA MUNICIPAL DA ESCADA

RESOLUÇÃO TC Nº 25/2017



Documento Assinado Digitalmente por: ELIAS RIBEIRO DE CARVALHO, EZIUDA MARIA DE SOUSA
Acesse em: <http://etcc/ce-pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 4e9add17-4a29-422b-80af-20170a8b757f

NOTAS DOS ANEXOS XI-A, XI-B e XI-C, XI-D

- Nota 1:** Conforme folha dos servidores vinculados ao RPPS;
- Nota 2:** Valor descontado em folha dos servidores (ativos), inativos, pensionistas), destinadas ao custeio do RPPS;1
- Nota 3:** Benefícios previdenciários pagos diretamente pelo órgão e deduzidos dos repasses à unidade gestora do RPPS. Neste caso, em nota explicativa a este demonstrativo, devem ser listados os benefícios pagos diretamente pela entidade e seus respectivos valores;
- Nota 4:** Valor repassado à unidade gestora do RPPS, apresentando de forma separada o principal (valor devido originalmente) e, quando for o caso, os encargos (valores referentes à multa, juros e outros encargos por mora);
- Nota 5:** Data do vencimento para o envio das contribuições previdenciárias ao RPPS, prevista na legislação local;
- Nota 6:** Data em que ocorreu o efetivo repasse (recolhimento) à unidade gestora do RPPS; informar todas as datas, caso o repasse não tenha sido efetuado em parcela única;
- Nota 7:** Compromisso especial para suprir a existência de déficit, tempo de serviço passado ou demais finalidades não incluídas na contribuição normal, e a sua base de incidência;
- Nota 8:** Valor das contribuições que o Órgão ou Entidade (“empregador”) necessite fazer para cobrir eventuais insuficiências financeiras do respectivo regime próprio, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários (art. 2º, § 1º da Lei 9.717, de 27 de novembro de 1998, com redação dada pela Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004).



CÂMARA MUNICIPAL DA ESCADA

RESOLUÇÃO TC Nº 25/2017

ANEXO XIII

DEMONSTRATIVO DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - (RGPS)

ANEXO XIII-A

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS (RGPS)

BASE DE CÁLCULO		RETIDA (2)	CONTABI- LIZADA	RECOLHIDA (4)		DATA DO VENCIMENTO (5)	DATA DO REPASSE (6)
COMPETÊNCIA	VALOR (1)			PRINCIPAL	ENCARGOS		
JANEIRO	191.492,41	16.202,44	191.492,41	16.202,44	-	20/02/2017	10/02/2017
FEVEREIRO	188.059,73	15.752,79	188.059,73	15.752,79	-	20/03/2017	10/03/2017
MARÇO	188.059,73	15.752,79	188.059,73	15.752,79	-	20/04/2017	10/04/2017
ABRIL	192.424,41	16.195,30	192.424,41	16.195,30	-	20/05/2017	10/05/2017
MAIO	192.361,33	15.719,97	192.361,33	15.719,97	-	20/06/2017	09/06/2017
JUNHO	194.303,41	16.358,41	194.303,41	16.358,41	-	20/07/2017	10/07/2017
JULHO	194.303,41	16.358,41	194.303,41	16.358,41	-	20/08/2017	10/08/2017
AGOSTO	198.673,09	16.839,04	198.673,09	16.839,04	-	20/09/2017	10/09/2017
SETEMBRO	198.954,79	16.861,57	198.954,79	16.861,57	-	20/10/2017	20/10/2017
OUTUBRO	197.012,11	16.400,31	197.012,11	16.400,31	-	20/11/2017	20/11/2017
NOVEMBRO	194.303,41	16.388,10	194.303,41	16.388,10	-	20/12/2017	20/12/2017
DEZEMBRO	194.303,41	16.388,10	194.303,41	16.388,10	-	20/01/2018	19/01/2018
13º SALÁRIO	83.672,26	7.848,69	83.672,26	7.848,69	-	20/12/2017	20/12/2017
TOTAL	2.407.923,50	203.065,92	2.407.923,50	203.065,92	-		





CÂMARA MUNICIPAL DA ESCADA

RESOLUÇÃO TC Nº 37/2016

ANEXO XIII-B

CONTRIBUIÇÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE (RGPS)

BASE DE CÁLCULO		CONTRIBUIÇÃO NORMAL						
COMPETÊNCIA	VALOR (1)	DEVIDA	CONTABI- LIZADA	BENEFÍCIOS PAGOS DIRE- TAMENTE (3)	RECOLHIDA (4)		DATA DO VENCIMENTO (5)	DATA DO REPASSE (6)
					PRINCIPAL	ENCARGOS		
JANEIRO	191.492,41	44.043,87	191.492,41	-	44.043,87	-	20/02/2017	10/02/2017
FEVEREIRO	188.059,73	43.253,78	188.059,73	-	43.253,78	-	20/03/2017	10/03/2017
MARÇO	188.059,73	43.253,78	188.059,73	-	43.253,78	-	20/04/2017	10/04/2017
ABRIL	192.424,41	44.257,61	192.424,41	-	44.257,61	-	20/05/2017	10/05/2017
MAIO	192.361,33	44.243,10	192.361,33	-	44.243,10	-	20/06/2017	09/06/2017
JUNHO	194.303,41	44.689,78	194.303,41	-	44.689,78	-	20/07/2017	10/07/2017
JULHO	194.303,41	44.689,78	194.303,41	-	44.689,78	-	20/08/2017	10/08/2017
AGOSTO	198.673,09	45.694,81	198.673,09	-	45.694,81	-	20/09/2017	10/09/2017
SETEMBRO	198.954,79	45.759,60	198.954,79	-	45.759,60	-	20/10/2017	20/10/2017
OUTUBRO	197.012,11	45.312,78	197.012,11	-	45.312,78	-	20/11/2017	20/11/2017
NOVEMBRO	194.303,41	44.689,78	194.303,41	-	44.689,78	-	20/12/2017	20/12/2017
DEZEMBRO	194.303,41	44.689,78	194.303,41	-	44.689,78	-	20/01/2018	19/01/2018
13º SALÁRIO	83.672,26	19.244,61	83.672,26	-	19.244,61	-	20/12/2017	20/12/2017
TOTAL	2.407.923,50	553.823,06	2.407.923,50	-	553.823,06	-		





CÂMARA MUNICIPAL DA ESCADA

RESOLUÇÃO TC Nº 25/2017

NOTAS DOS ANEXOS XIII-A e XIII-B

- Nota 1:** Conforme folha dos servidores vinculados ao Regime Geral de Previdência;
- Nota 2:** Valor descontado em folha dos segurados, destinada ao custeio do Regime Geral de Previdência;
- Nota 3:** Benefícios previdenciários pagos diretamente pelo órgão e deduzidos dos repasses ao INSS;
- Nota 4:** Valor repassado ao INSS, apresentando de forma separada o principal (valor devido originalmente) e, quando for o caso, os encargos (valores referentes à multa, juros e outros encargos por mora);
- Nota 5:** Data do vencimento para envio das contribuições previdenciárias à Receita Federal do Brasil, prevista na legislação do RGPS;
- Nota 6:** Data em que ocorreu o efetivo repasse (recolhimento) ao INSS.





CÂMARA MUNICIPAL DA ESCADA

CASA JOSÉ SISENANDO CABRAL DE SOUSA

EXERCÍCIO 2017

MAPA DEMONSTRATIVO DO GASTO COM FOLHA DE PAGAMENTO

Item 24 da Resolução TC 25/2017

GASTO COM FOLHA DE PAGAMENTO	VALOR R\$
1 - Contratação por tempo determinado	-
2 - Vencimentos e vantagens fixas	2.658.572,20
3 - Vencimentos e vantagens variáveis	-
Subtotal (1, 2, 3)	2.658.572,20
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL	2.658.572,20

APURAÇÃO DO LIMITE		
ESPECIFICAÇÃO DO LIMITE	%	VALOR R\$
Transferência de Duodécimo	100,00	4.287.270,36
Despesa Total de Pessoal	62,01	2.658.572,20
TD/DTP (70%)	70,00	3.001.089,25



RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal	
	Despesas Executadas - Últimos 12 Meses	Despesas Executadas - Últimos 12 Meses
	DESPESAS LIQUIDADAS (a)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		
Pessoal Ativo	3.307.676,39	
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.307.676,39	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração		
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	3.307.676,39	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	99.546.107,37	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V) (§13º, art. 166 da CF)	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	99.546.107,37	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	3.307.676,39	3,32
LIMITE MÁXIMO (VIII) (Inclúos I, II e III, art. 20 da LRF)	5.972.766,44	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	5.674.128,12	5,70
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	5.375.489,80	5,40

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	-



Documento Assinado Digitalmente por: ELIAS RIBEIRO DE CARVALHO, EZIUDA MARIA DE SOUSA
Acesse em: <http://eic/ce/pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: af2d0128-b41-442c-9850-4650075b70a7

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal								
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Ocorrimento/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (e)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal									
Valores Percentuais									



RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores 31/12/2017
Notas Explicativas Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno Notas Explicativas	



RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Disponibilidade de Caixa	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g)=(a)-(b)+(c)+(e)-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (j)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (c)	Demais Obrigações Financeiras (e)				
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (d)						
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)									
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação									
Transferências do FUNDEF 60%									
Transferências do FUNDEF 40%									
Outros Recursos Destinados à Educação									
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde									
Outros Recursos Destinados à Saúde									
Recursos Destinados à Assistência Social									
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário									
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro									
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)									
Recursos de Alienação de Bens/Ativos									
Outras Destinações Vinculadas de Recursos									
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)									
Recursos Ordinários									
TOTAL (III) = (I + II)									



RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Notas Explicativas	Valores
Notas Explicativas	31/12/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	-

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Quadrimestre
Receita Corrente Líquida	Valor Até o Quadrimestre
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida Ajustada	-

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Despesa com Pessoal	VALOR	Valor Realizado no Período	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa com Pessoal			
Despesa Total com Pessoal - DTP	3.307.676,39	-	3,32
Limite Máximo (incisos I II e III art. 20 da LRF) - <%>	5.972.766,44	-	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	5.674.126,12	-	5,70

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Dívida Consolidada	Até o 1º Quadrimestre	Comparativo do Saldo da Dívida	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada		SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-	-	-

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Garantias de Valores	Até o 1º Quadrimestre	Comparativo do Saldo de Garantia	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Garantias de Valores		SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
Total das Garantias Concedidas	-	-	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-	-	-

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Operações de Crédito	VALOR	Valor Realizado no Período	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito			
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	-	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-	-

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Restos a Pagar	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar			
Restos a Pagar	-	-	-
Valor Total	-	-	-

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Notas Explicativas	Valores
Notas Explicativas	31/12/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	-



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Resolução TC nº 25, de 13 de dezembro de 2017

ANEXO XVIII

DEMONSTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EMITIDAS PELO TCE/PE

Determinação/Recomendação	Situação	Ações	Justificativa
Processo TC nº: 1420155-6			
DETERMINAÇÃO:			
1. expedir ao atual gestor da Câmara de Vereadores de Escada determinação no sentido de deixar claro, por meio de ato normativo próprio, quem é o responsável pela autorização prevista no inciso IV do artigo 3º da Resolução nº 001/2014, sob pena de ser o único responsabilizado por irregularidades que vierem a ser verificadas nas despesas com combustível, assim como expedir determinação ao Coordenador de Controle Interno da Casa Legislativa em tela para que atente para os procedimentos estabelecidos quanto ao uso de combustível no âmbito do Poder Legislativo Municipal, assim como dispense especial atenção à idoneidade	Cumprida	Foi mudado o sistema de fornecimento de combustível para uso no desempenho da atividade parlamentar. Foi adotado o controle eletrônico, com a contratação de empresa especializada no gerenciamento informatizado, com fornecimento de cartões eletrônicos/vales, utilizados na operação de compra de combustíveis fornecido pela Câmara , a serem utilizados pelos veículos cadastrados do Poder Legislativo de Escada	Adotando o controle eletrônico/informatizado busca-se melhor a transparência e eficiência, facilitando o acompanhamento e fiscalização por parte do Controle Interno da Câmara e órgãos de controle externo.



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

dos correspondentes comprovantes da despesa, comunicando a este Tribunal qualquer irregularidade ou ilegalidade que verifique, conforme estabelece o caput do artigo 9º da Resolução TC nº 001/2009.			
--	--	--	--

LEGENDA:

Determinação/Recomendação: elencar, uma a uma, por processo, as determinações ou recomendações contidas nas deliberações (decisões ou acórdãos) emitidas pelo TCE/PE, nos três últimos anos, compreendendo o referente ao da prestação de contas e os dois anteriores.

Situação: informar se a determinação ou recomendação foi cumprida (implementada), implementada parcialmente ou não implementada.

Ações: informar as ações adotadas para implementação da determinação ou recomendação correspondente.

Justificativa: este campo deverá ser preenchido com os esclarecimentos julgados pertinentes em caso de não implementação ou implementação parcial da determinação ou recomendação correspondente.